

**COMÉRCIO**

Redução tarifária  
deve ser gradual

**ANEEL**

Gestão e investimentos  
de qualidade em P&D

**SESI**

Novas metodologias  
promovem inovação

# Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 3 | nº 28 | Novembro 2018

## **AS PRIORIDADES DA INDÚSTRIA PARA O PRÓXIMO GOVERNO**

CNI DEFENDE FOCO NO AJUSTE FISCAL, NA RECUPERAÇÃO  
DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E NA SUPERAÇÃO DE  
OBSTÁCULOS PARA AUMENTAR INVESTIMENTOS



Confederação Nacional da Indústria

**CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA**





Prêmio Nacional  
de Inovação

EDIÇÃO 2018/2019

# A INOVAÇÃO LEVA SUA EMPRESA MUITO MAIS LONGE



LOWRAT

A CNI E O SEBRAE JUNTOS VALORIZANDO E PREMIANDO  
AS EMPRESAS QUE INOVAM E CONSTROEM O FUTURO DO PAÍS.

**Inscreva-se até 14/12/2018 • [premiodeinovacao.com.br](http://premiodeinovacao.com.br)**

Iniciativa:



Uma parceria:



Realização:



## CARTA AO LEITOR

O presidente eleito Jair Bolsonaro terá muitos desafios pela frente. No Congresso Nacional, precisará unir uma base de apoio legislativo em torno do recém-surgido Partido Social Liberal (PSL), que tinha um deputado federal em 2014 e, quatro anos depois, elegeu 52 deputados e quatro senadores. Na Esplanada, Bolsonaro terá que dar sentido de urgência ao novo ministério que está formando, agora com número menor de ministros. Nas ações de ponta, precisará atuar sobre a segurança, a saúde, a educação e diversas outras áreas importantes. Entretanto, seu maior desafio neste momento é justamente escolher entre as prioridades.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), contudo, as ações mais urgentes são aquelas que darão ao setor público equilíbrio em suas contas e as que podem melhorar o ambiente de negócios para que o país recupere a trilha do crescimento econômico e da geração de empregos. Afinal, sem crescimento econômico, há reduzido espaço para iniciativas governamentais. Entre essas ações prementes, a prioridade das prioridades é a reforma da Previdência, que vem produzindo sucessivos rombos fiscais que crescem exponencialmente e prometem bloquear a execução orçamentária de investimentos e políticas públicas tão logo seja atingido o teto de gastos federais.

Com base em estudos, análises e consultas à base industrial, a CNI elaborou um conjunto de sugestões do setor para contribuir com o debate sobre o que é mais prioritário neste momento. Os primeiros meses de governo são conhecidos na ciência política como “lua de mel” do presidente com os demais Poderes e com a opinião pública e lhes confere melhores condições de aprovar mudanças regulatórias no Legislativo e iniciar políticas públicas mais ambiciosas.

A visão da CNI é compartilhada por diversos analistas e consultores ouvidos na reportagem de capa desta edição. “A prioridade total é a reforma da Previdência”, resume Sérgio Vale, economista da MB Associados. Entrevistado especial, o ex-diretor do Banco Central Luiz Fernando Figueiredo concorda. Ele acredita que o futuro governo vem dando sinais positivos na economia, mas diz que é preciso aprovar logo uma reforma da Previdência que recupere a confiança de empresários e consumidores.

Neste número, também são destaque os sinais de que as equipes econômicas do atual e do futuro governo cogitam adotar uma equivocada redução unilateral de tarifas comerciais, a trajetória exitosa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – modelo de órgão regulador no país –, e a metodologia inovadora adotada pelo Serviço Social da Indústria (SESI), que une ciência e tecnologia em busca de um ensino mais atraente e efetivo.

Boa leitura!

## CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

### PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

### VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

### DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edilson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasaí; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

### CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

### Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL

Superintendente de Jornalismo  
José Edward Lima

Gerente-executivo de Jornalismo  
Rodrigo Caetano

### DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial: Wladimir Gramacho; Jornalista Responsável: Rachel Mello (DF 3877/95); Reportagem: Vivaldo de Sousa; Projeto Editorial, gráfico e editoração: Armando Salmito, Guto Rodrigues; Revisão de texto: Renata Portella. Informações técnicas: (61) 3317-9472, fax (61) 3317-9456. Email: revistacni@cni.org.br.

Foto de capa: Antonio Cruz/Agência Brasil

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

### CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

#### CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>  
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>  
<https://instagram.com/cnibr/>  
[https://twitter.com/cni\\_br](https://twitter.com/cni_br)  
<https://www.linkedin.com/company/cni-brasil>  
<https://www.youtube.com/user/cniweb>

#### SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>  
[https://www.instagram.com/senai\\_nacional/](https://www.instagram.com/senai_nacional/)  
<https://twitter.com/senainacional>  
<https://www.youtube.com/user/senaibr>  
<https://www.linkedin.com/company/senai-nacional>

#### SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>  
<https://www.youtube.com/user/sesi>  
<https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional>

#### IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>  
<https://www.instagram.com/ielbr/>  
[https://twitter.com/iel\\_br](https://twitter.com/iel_br)  
<https://www.linkedin.com/company/iel-nacional>

### ARTIGO DO PRESIDENTE



# 6



# SUMÁRIO

## CAPA



Os primeiros dias do novo governo serão cruciais para promover reformas institucionais como a da Previdência

8

## AS PRIORIDADES

Infografia mostra o que é mais importante, na visão da indústria, para tirar o país da estagnação e recuperar empregos

16

## SEM DEFESA

Governo atual e eleito estudam fazer uma redução unilateral de tarifas de importação, o que pode ser fatal para diversos setores da indústria

18

## LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO

Ex-diretor do Banco Central diz que o país está pronto para a recuperação da atividade produtiva

22

## LUCIO RENNÓ

Cientista político avalia que o presidente eleito Jair Bolsonaro terá negociação mais fácil com a Câmara dos Deputados que toma posse em 2019

24

## INDÚSTRIA EM AÇÃO

Seminário da CNI revela acerto do Supremo Tribunal Federal em decisão que validou lei do Congresso que autoriza terceirização

26

## ANEEL



Agência reguladora torna-se modelo no país por sua eficiência gerencial e decisivos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação

28

## COMPETITIVIDADE

Laboratório Nacional de Alta Potência, em construção em Itajubá (MG), promete trazer soluções para a demanda do país por energia

34

## PESQUISA

*Indicadores Industriais* sugerem que a paralisação dos caminhoneiros continuou produzindo efeitos negativos sobre a atividade fabril no terceiro trimestre

36

## TERMÔMETRO ECONÔMICO

Produtividade do trabalho caiu no segundo trimestre deste ano, acompanhada pela redução do volume produzido e das horas trabalhadas

38

## GIRO BRASIL



Piauí e Nações Unidas buscam parceria para inserir inovação e tecnologia em atividades que contribuam para o desenvolvimento humano no estado

40

## GIRO GLOBAL



Confederação das Indústrias Alemãs sugere ao governo do país aliança com os franceses para fazer a agenda da União Europeia avançar

42

## SESI

*STEAM*: Conheça a metodologia utilizada pelo Sesi que tem unido arte e tecnologia para a construção de um ambiente de ensino mais atrativo e efetivo

44

# CONFIANÇA NO BRASIL

Períodos pós-eleitorais são caracterizados por otimismo e renovação de esperanças. Nesses momentos, como o que estamos vivendo, o país deve se unir em favor de medidas que impulsionem o desenvolvimento econômico e social. Entre as iniciativas que se mostram incontornáveis agora, estão o reequilíbrio das contas públicas, a reforma da Previdência e a melhora do ambiente de negócios.

O ajuste nas contas governamentais tem que ser uma constante, para que o Estado volte a caber nos limites do orçamento. A redução dos gastos correntes, o corte de desperdícios, a melhor gestão dos programas e a reforma da

Previdência Social, além de garantir a credibilidade da política fiscal, teriam um efeito multiplicador na economia. Abririam espaço para investimentos públicos em infraestrutura e aumentariam a confiança dos empresários.

O país precisa de mais competitividade, num cenário de crescimento econômico duradouro. Melhorar o ambiente de negócios implicará, entre outros aspectos, diminuir a burocracia e os custos tributários, reforçar a segurança jurídica, incentivar os investimentos, modernizar a infraestrutura, facilitar o acesso ao crédito, integrar a nossa economia às cadeias globais de valor e estimular o comércio exterior por meio de acordos bilaterais e multilaterais.

O sistema de cobrança de tributos deve ser modificado, com a diminuição do número de impostos, contribuições e taxas. Hoje, as empresas são forçadas a lidar com uma quantidade quase inimaginável de obrigações fixadas em códigos, leis, decretos, portarias e instruções normativas do Fisco nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. Isso gera custos e demanda um enorme trabalho para cumprir uma burocracia muitas vezes desnecessária.

Devemos nos concentrar em ciência, tecnologia e inovação, fundamentais para o aumento da produtividade e a eficiência de produtos e processos. Também é indispensável continuar os investimentos na educação profissionalizante como forma de dar novas oportunidades aos jovens brasileiros, conferindo a eles melhores condições de se posicionarem no mercado de trabalho, ainda marcado pelo desemprego de milhões de brasileiros.

O Brasil já perdeu diversas oportunidades de fazer as reformas estruturais há muito tempo necessárias. As tarefas são urgentes. É hora de avançarmos mais decididamente na total remoção dos obstáculos ao crescimento, com o enfrentamento de questões antigas, como as

graves distorções do atual sistema previdenciário, que está à beira da inviabilidade financeira, e a complexidade do regime tributário.

Consciente do seu relevante papel na sociedade, por ser o setor com a maior capacidade de espalhar prosperidade por toda a sua longa cadeia de fornecedores e de serviços, a indústria brasileira continuará apresentando e discutindo propostas com vistas ao pleno desenvolvimento econômico e social do país. Estamos confiantes no Brasil.



**Robson Braga de Andrade** é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

*Presidente eleito promete reformas e inovações*

2018  
PROPOSTAS DA INDÚSTRIA  
PARA AS ELEIÇÕES

# AS PRIORIDADES DA INDÚSTRIA NACIONAL

SETOR SUGERE AÇÕES MAIS URGENTES PARA O GOVERNO RECÉM-ELEITO:  
RECUPERAR A CONFIANÇA DOS INVESTIDORES E O CRESCIMENTO SUSTENTADO

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) elaborou um documento com a síntese da visão do setor para o que deveriam ser as prioridades do governo recém-eleito na área da economia. As ações mais urgentes precisam favorecer o equilíbrio das contas públicas, o aumento da eficiência do Estado e a melhoria do ambiente de negócios para a retomada do crescimento sustentado da economia e a geração de empregos.

Recomendações semelhantes foram sistematizadas meses atrás e entregues aos então candidatos à Presidência no mês de julho. A expectativa do setor produtivo é que as sugestões sejam incorporadas ao roteiro do próximo governo o quanto antes. Ainda assim, “a sinalização de que essas propostas serão levadas adiante já representa um bom indicativo para os investidores”, afirma José Augusto Fernandes, diretor de Políticas e Estratégia da CNI.

Conforme o documento, o equilíbrio das contas públicas inclui reformar a Previdência Social, avançar na agenda de privatizações e concessões e modernizar a gestão do Estado. No caso da reforma do sistema previdenciário, a CNI propõe uma idade mínima para as aposentadorias por tempo de contribuição dos trabalhadores do setor privado, com equiparação da idade mínima de aposentadoria para servidores públicos e trabalhadores do setor privado e do tempo contribuição mínimo de homens e mulheres.

Fernandes diz que essa reforma é fundamental para reduzir a pressão sobre as contas públicas, no curto prazo, e para garantir a sustentabilidade no pagamento dos benefícios, a médio prazo. O processo de envelhecimento da população brasileira torna inviável a manutenção das regras



PAULO GUEDES

*Ministro da Economia tem a confiança do mercado*

previdenciárias atuais. Mesmo com um percentual ainda pequeno de idosos na população, as regras vigentes fazem com que o país gaste com benefícios previdenciários o equivalente a 13% do Produto Interno Bruto (PIB).

Se confirmada a estimativa de um déficit de R\$ 292 bilhões neste ano, conforme previsão do Ministério do Planejamento, as contas da Previdência Social vão acumular um rombo de R\$ 710 bilhões nos últimos quatro anos, entre 2015 e 2018. “As despesas da Previdência Social têm tido aumento constante nos últimos anos. Isso gera toda uma preocupação em relação à sustentabilidade econômica e a solvência do país”, afirma Silvio Campos Neto, economista da Tendências Consultoria.

Essa apreensão só vai ser superada, segundo ele, com a indicação, por parte do novo governo, de que uma reforma será realmente feita e que o aumento da dívida será estancado – ou então com a aprovação de uma reforma ainda em 2018, na gestão de Michel Temer. As despesas

com o pagamento de aposentadorias dos trabalhadores do setor privado e dos servidores públicos, civis e militares são hoje os principais gastos do governo federal. Em 2019, as despesas previdenciárias da União devem chegar a R\$ 767,8 bilhões, o que representará 53,4% dos gastos totais para o próximo ano, estimados em R\$ 1,438 trilhão.

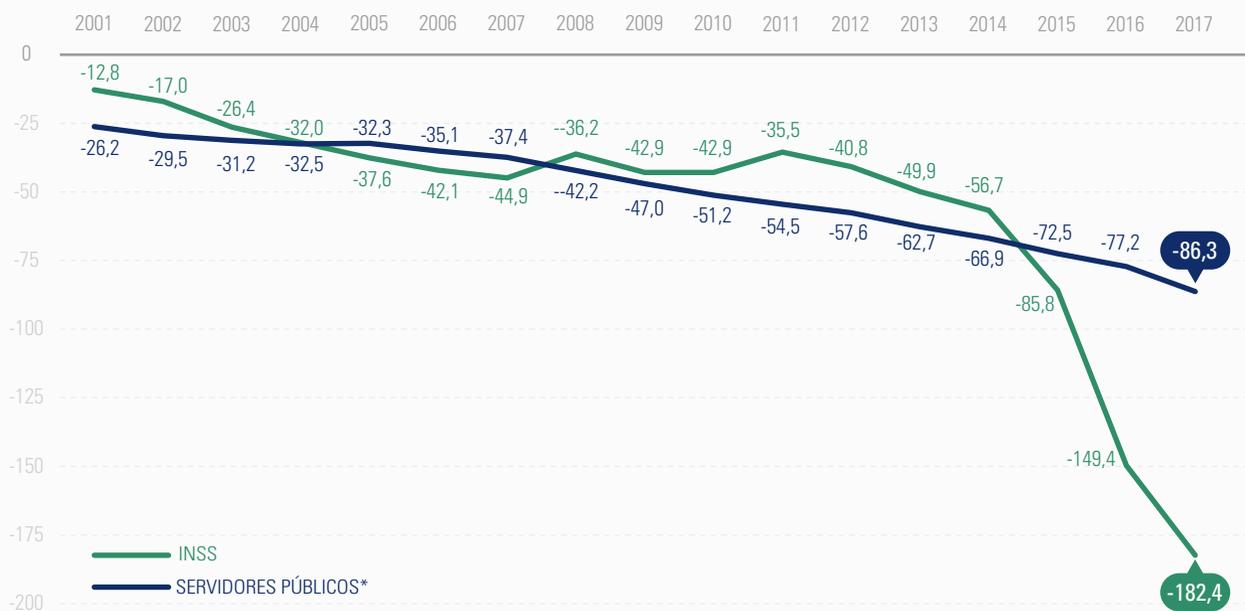
## PRIORIDADE TOTAL

Para Sérgio Vale, da MB Associados, “a prioridade total é a reforma da Previdência”. Segundo ele, “se o governo conseguir uma vitória nesse quesito e ainda continuar a sequência de reformas liberais propostas por Paulo Guedes, futuro ministro da Fazenda, podemos ter boas surpresas no crescimento do país ao longo dos próximos anos”. Em 2019, conforme a proposta de orçamento enviada pelo governo ao Congresso Nacional, o déficit da Previdência Social deverá chegar a expressivos R\$ 308 bilhões.

Nessa conta entram as despesas com trabalhadores do setor privado, dos servidores públicos civis e militares, além dos repasses feitos ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, cujos recursos também são usados para pagar salários dos servidores da segurança pública, da saúde e da educação. Apenas para efeito de comparação, os gastos do governo federal com saúde, educação e segurança pública em 2019 devem ficar em R\$ 228 bilhões, segundo a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Para Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), “o grande capital político do presidente eleito deve ser investido na reforma da Previdência que, apesar de não produzir um resultado imediato, sinalizará ou não a solvência das contas públicas para os próximos anos”. Segundo ele, se não houver um reequilíbrio nas contas da Previdência, o país mergulhará de novo numa situação frágil, de baixo crescimento econômico e pouca capacidade de investir.

## A RÁPIDA PIORA DO DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (EM R\$ BILHÕES CORRENTES)



\* REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

“Nosso principal problema são as contas públicas. 2018 deve registrar o quinto ano consecutivo com déficit primário e a expectativa é que tenhamos mais um ou dois anos de déficit primário”, resume Marcel Balassiano, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV). Isso fez com que a dívida bruta passasse de pouco mais de 50% do PIB no fim de 2013 para quase 80% hoje. “Resolver esse grave problema fiscal é, talvez, a principal questão macroeconômica do país”.

Ainda na área previdenciária, a CNI propõe equiparar as regras gerais para aposentadorias dos professores e policiais às regras dos demais trabalhadores; reduzir, gradualmente, a diferença entre a idade mínima para aposentadoria de trabalhadores rurais e a idade mínima dos demais trabalhadores; atrelar a forma de cálculo do valor dos benefícios previdenciários ao tempo de contribuição alcançado pelo beneficiário; e desvincular o valor da pensão por morte do valor do benefício de aposentadoria.

“Sem uma reforma dura e abrangente, é impossível qualquer ajuste fiscal duradouro”, diz o economista Juan Jensen, sócio da 4E Consultoria e professor do Insper. Ele também considera que o problema mais grave hoje na economia é a questão fiscal. “Depois vêm outras duas reformas, muito importantes para melhorar o índice de produtividade, que aumentam a taxa de investimento: a tributária, que é simplificar e melhorar o nosso sistema tributário, e a abertura comercial”.

### SIMPLIFICAÇÃO DE TRIBUTOS

Na mesma linha, o documento elaborado pela CNI indica que, para transformar o ambiente de negócios, é preciso definir o desenho de um novo modelo tributário com foco na competitividade, na simplificação, na transparência e na redução das obrigações acessórias, além de desenvolver ações de desburocratização e de aumento da qualidade regulatória. A CNI defende a substituição dos tributos atualmente

incidentes sobre o consumo (PIS/Cofins, ICMS, ISS) por um só, o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA).

O IVA deveria ter, entre outras, as seguintes características, segundo a CNI: crédito financeiro, que permite a apropriação como crédito do tributo pago em todas as aquisições das empresas; arrecadação compartilhada entre União, estados e municípios, com as parcelas estaduais e municipais calculadas de acordo com o local de destino das operações; e crédito imediato na compra de bens de capital, de modo a garantir a desoneração dos investimentos e a devolução ágil dos saldos credores.

A entidade defende, ainda, que seja instituída a seletividade no consumo, convertendo o IPI em imposto seletivo sobre consumo de álcool e fumo, que seja estabelecido um período de transição entre o sistema de tributação de consumo atual e o novo sistema e que seja garantida a manutenção da carga tributária global. Juan Jensen, da 4E, diz que a reforma tributária é importante do ponto de vista da produtividade, mas que

## PREVIDÊNCIA, PREVIDÊNCIA, PREVIDÊNCIA...



“A prioridade total é a reforma da Previdência. Se o governo conseguir uma vitória nesse quesito, podemos ter boas surpresas no crescimento ao longo dos próximos anos”

**Sérgio Vale**

economista da MB Associados

“Sem uma reforma dura e abrangente, é impossível qualquer ajuste fiscal duradouro. Depois vêm outras duas reformas muito importantes: a tributária e a abertura comercial”

**Juan Jensen,**

sócio da 4E Consultoria e professor do Insper





*“É preciso tirar o peso dos impostos do cangote do empresário”, diz Brigagão*

não deve recriar impostos ruins como a extinta CPMF.

Paulo Drummond, dono da Vivix Vidros Planos, afirma que, para o Brasil ser competitivo nacional e internacionalmente, é necessária uma racionalização dos impostos. “Não estou falando, num primeiro momento, em redução, mas de simplificação dos impostos”, argumenta o empresário, que emprega cerca de 800 pessoas em Pernambuco e não é o único a reclamar das condições tributárias do país.

## INJUSTIÇAS

“É preciso tirar o peso dos impostos do cangote do empresário, corrigindo injustiças fiscais e combatendo a sonegação de impostos através da simplificação na arrecadação. Se houver avanços nesses dois pontos, acreditamos que pode haver algum crescimento econômico”,

destaca José Carlos Brigagão Couto, presidente do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca (SindiFranca). Ele também defende a simplificação do crédito, principalmente o destinado a pequenas e médias empresas.

Na mesma linha, Fernando Pimentel, da ABIT, destaca a importância de reduzir a burocracia e simplificar tributos. “Estudos mostram que as empresas gastam, em média, 1,5% do seu faturamento para cumprir as obrigações acessórias para o pagamento de impostos. E não estamos falando de carga tributária”, alerta. Para a CNI, a melhora do ambiente de negócios inclui, ainda, fortalecer políticas que aumentem a segurança jurídica e a iniciativa voltada para o aumento de produtividade e inovação.

“A simplificação dos tributos é uma forma de tornar a economia mais dinâmica e produtiva”, concorda Antônio Silva, presidente da Federação das Indústrias

do Estado do Amazonas (FIEAM). Segundo ele, “muitas vezes o ganho de produtividade que se alcança nas fábricas é anulado pelo emaranhado de normas e leis que tornam a regularização das mercadorias um desperdício de tempo e dinheiro e uma diminuição de competitividade”. “É preciso eliminar normas e procedimentos que só geram custos”, defende o dirigente.

Relatório divulgado pelo Banco Mundial (Bird) no final de outubro mostrou que o Brasil avançou 16 posições no ranking dos países com maior facilidade de fazer negócios, ocupando, agora, a colocação 109 do relatório *Doing Business 2019*, que avaliou 190 países. Apesar da melhora na classificação, o Brasil ainda ocupa colocações abaixo da média dos países na maior parte dos critérios avaliados. No tópico que avalia a facilidade de pagamento de impostos, por exemplo, o país ocupa o 184º lugar. Quando se analisa o quesito obtenção de alvarás de construção, o Brasil está em 175º lugar, e em registro de propriedade, ocupa a 137ª posição.

## INSEGURANÇA

Melhorar o ambiente de negócios exige, ainda, maior segurança jurídica, segundo João Carlos Pimenta, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF). “A insegurança jurídica tem pesado muito no imobilismo das empresas. Há medo de prosperar diante da falta de segurança jurídica”, comenta ele.

Reginaldo Arcuri, presidente-executivo do Grupo FarmaBrasil (GFB), que reúne os principais laboratórios farmacêuticos nacionais, diz que “a questão mais essencial para a indústria brasileira é a competitividade, que é uma palavra que parece muito simples, mas que envolve, para poder gerar resultados e alcançar aquilo que é necessário para o Brasil, um conjunto muito coordenado de medidas, desde medidas macroeconômicas até ações microeconômicas”.

A melhoria do ambiente de negócios inclui, ainda, linhas de financiamento

diferenciadas para a produção, o investimento adequado na infraestrutura e meios de transporte eficientes, segundo Antônio Silva, da FIEAM. Na agenda entregue a Jair Bolsonaro no início da campanha, a CNI defendeu a implementação de ações para reduzir o spread bancário, a desoneração tributária gradual das operações de crédito, uma maior concorrência bancária, a melhoria das condições de acesso ao crédito e o aprimoramento do sistema de cobrança e execução de garantias.

É preciso, também, encontrar os modelos de financiamento para destravar os projetos estruturantes de infraestrutura, afirma Gesner Oliveira, da GO Associados. “As simulações que temos feito indicam que o impacto para a economia é muito positivo. Estimamos que hoje há mais ou menos R\$ 135 bilhões em recursos para investimentos em infraestrutura. O impacto para a economia é algo da ordem de R\$ 400 bilhões. E como potencial de gerar 8 milhões de empregos”, ressalta o economista. Gesner Oliveira diz que esses investimentos ainda aumentam a arrecadação, elevam a produção e criam novos empregos. “É um impacto muito positivo. Isso ajuda, inclusive, no ajuste das contas públicas”, explica ele.

Para Jensen, da 4E, “o setor público não tem dinheiro. Então isso precisa ser feito, de fato, pelo setor privado através de concessões e privatizações. Há um conjunto grande de concessões para sair do papel, como rodovias, ferrovias e aeroportos de concessões. O que falta aqui é segurança jurídica”, avalia Jensen.

Conforme o documento elaborado pela CNI, o Brasil investe pouco em infraestrutura: “os recursos aplicados representam, em média, 2% do PIB por ano, mas deveriam alcançar, ao menos, 4,15% para a superação dos gargalos existentes”. Ainda segundo o documento, “a disponibilização do financiamento público deve ocorrer de forma seletiva e destinada a projetos com potencial de maiores ganhos de bem-estar, como nos setores de saneamento e mobilidade”.

Apesar de as empreiteiras no Brasil estarem numa situação complicada devido às investigações sobre corrupção que afetam algumas dessas grandes empresas, há, segundo Jensen, grupos nacionais e estrangeiros que podem ter interesse nas concessões. Para ele, avançar nessa área é fundamental para atrair novos investimentos.

Outro ponto importante, segundo a CNI, é aprovação, no Congresso Nacional, do projeto de lei que define novas regras sobre a gestão e a organização das agências reguladoras. “É importante aprovar uma nova lei das agências reguladoras. A proposta está no Congresso há muito tempo e nunca sai. As mudanças garantem que as diretorias das agências sejam técnicas e de boa qualidade. É realmente uma coisa importante”, comenta Gesner Oliveira. “A exemplo do que fez com Sérgio Moro, indicado para o Ministério da Justiça, o presidente Jair

Bolsonaro deveria dar carta branca para uma atuação mais técnica das agências reguladoras”, diz Oliveira.

## INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

Explorar as fontes de crescimento e de emprego implicam, segundo a CNI, ter uma política de exportações e de integração internacional, consolidar iniciativas que atraiam a participação do setor privado para a área de infraestrutura e eliminar obstáculos aos investimentos e à operação das empresas. Nesse sentido, a entidade propõe adaptar a tributação de renda das empresas no Brasil às novas regras globais, o que contribuirá para aumentar a capacidade de atrair investimentos do país.

Para viabilizar isso, são propostas as seguintes ações:

- reduzir a alíquota nominal de tributação de pessoas jurídicas (IRPJ e CSLL);



foto: divulgação

*Gesner Oliveira sugere diretorias técnicas nas agências reguladoras*

- ▶ adotar o método de tributação no destino dos lucros obtidos no exterior;
- ▶ ampliar e aperfeiçoar a rede de tratados para evitar dupla tributação;
- ▶ convergir as regras de preços de transferência no Brasil aos padrões internacionais;
- ▶ ampliar os incentivos à inovação tecnológica; e
- ▶ aperfeiçoar as regras de juros sobre capital próprio para torná-lo exclusão fiscal.

“O governo deve fortalecer os acordos que já tem e ampliar os acordos bilaterais, sem desvalorizar o Mercosul, que é um mercado importante para os produtos brasileiros. Durante muito tempo não olhamos para os países centrais para fazer acordos e isso foi um erro. Devemos procurar a União Europeia, os Estados Unidos e os países asiáticos. Mas não devemos virar as costas para o Mercosul”, propõe Gesner Oliveira.

A CNI defende que seja elaborada uma Estratégia Nacional de Comércio Exterior para o período 2019-2022, por meio de consultas ao setor privado, com objetivos, metas e indicadores do governo federal nas áreas de acordos comerciais, barreiras em terceiros mercados, investimentos brasileiros no exterior, facilitação e desburocratização do comércio exterior, logística e infraestrutura do comércio exterior, tributação no comércio exterior, financiamento e garantias às exportações e defesa comercial.

## EXPORTAÇÕES

Ainda na área comercial, a CNI defende estabelecer a subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinada a prover financiamento oficial às exportações de bens e serviços e aos investimentos brasileiros no exterior, concentrando todas as linhas do BNDES Exim e do Programa de Financiamento às Exportações

(PROEX). A entidade industrial propõe, ainda, fortalecer a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) como instância de formulação da política comercial.

Paulo Drummond, da Vivix, considera que é preciso ter um olhar cuidadoso na área de comércio exterior. “Não podemos simplesmente abrir as portas. Protecionismo não é o caso, mas defesa comercial é um instrumento que pode ser usado”, argumenta. Para Sérgio Vale, da MB Associações, “a agenda de modernização também passa pela continuidade da agenda instituída pelo presidente Michel Temer nas reformas microeconômicas, como a reforma trabalhista e as medidas microeconômicas adotadas nos últimos anos”.

Essa continuidade também está destacada na agenda elaborada pela CNI, ao propor ao presidente eleito Jair Bolsonaro a implementação e defesa da reforma trabalhista. A modernização trabalhista, alcançada pela Lei da Terceirização e pela Lei da Reforma Trabalhista, é uma prioridade, na medida em que é

## PRIVATIZAÇÕES PODEM REDUZIR DESPESAS FISCAIS E AUMENTAR EFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS

Governo estima arrecadar até R\$ 1 trilhão com leilões



o fundamento sobre o qual se alicerçam melhorias para as relações de trabalho, argumenta a entidade no documento.

Segundo a justificativa apresentada na agenda, é sobre a premissa de que se efetivará plenamente a modernização trabalhista que deve se basear a expectativa geral de que as novas relações de trabalho gerarão benefícios para a sociedade como um todo, reduzindo conflitos, prestigiando o diálogo, aumentando a segurança jurídica e estimulando investimentos que gerem empregos formais.

A CNI propõe, também, que seja dada continuidade à reforma do ensino médio. A justificativa é que, no Brasil, apenas 11% dos alunos do ensino médio cursam educação profissional, enquanto nos países desenvolvidos mais da metade dos jovens do ensino secundário cursa algum tipo de educação profissional. Segundo o documento, “a implementação da reforma do ensino médio, trazida pela Lei nº 13.415/2017, torna-se urgente e relevante, na medida em que busca responder às expectativas

de formação dos jovens a partir de diferentes itinerários formativos”.

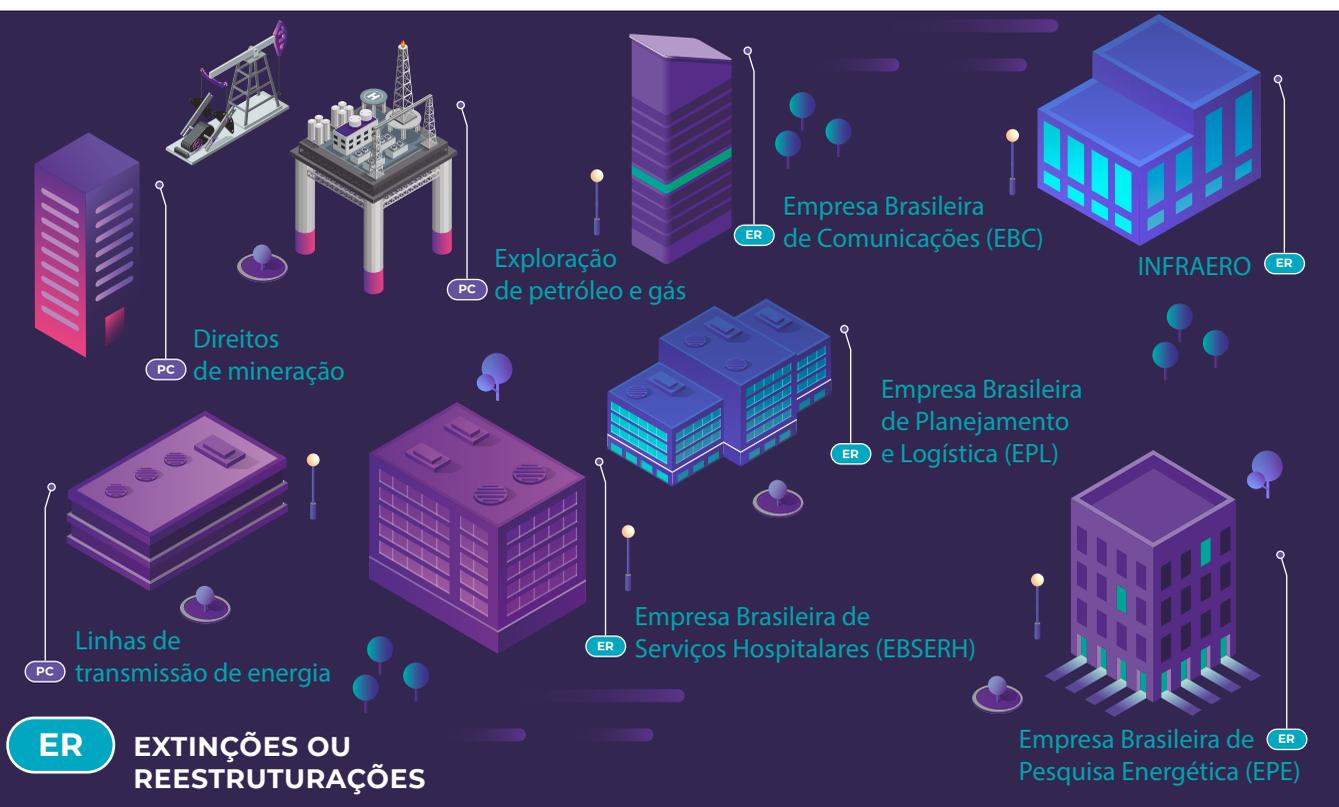
## ENSINO MÉDIO

A nova lei, segundo a CNI, cria opções de formação para os jovens na comparação com a estrutura anterior de ensino médio, que apresentava um grau de rigidez curricular ao ter um número excessivo de disciplinas e um viés quase que exclusivamente teórico. Com isso, o modelo anterior engessava a trajetória de aprendizado do aluno, criando uma desassociação entre a escola e o mercado de trabalho. Ao dar mais flexibilidade aos alunos, o novo modelo poderá prepará-los para uma maior interação com as novas tecnologias.

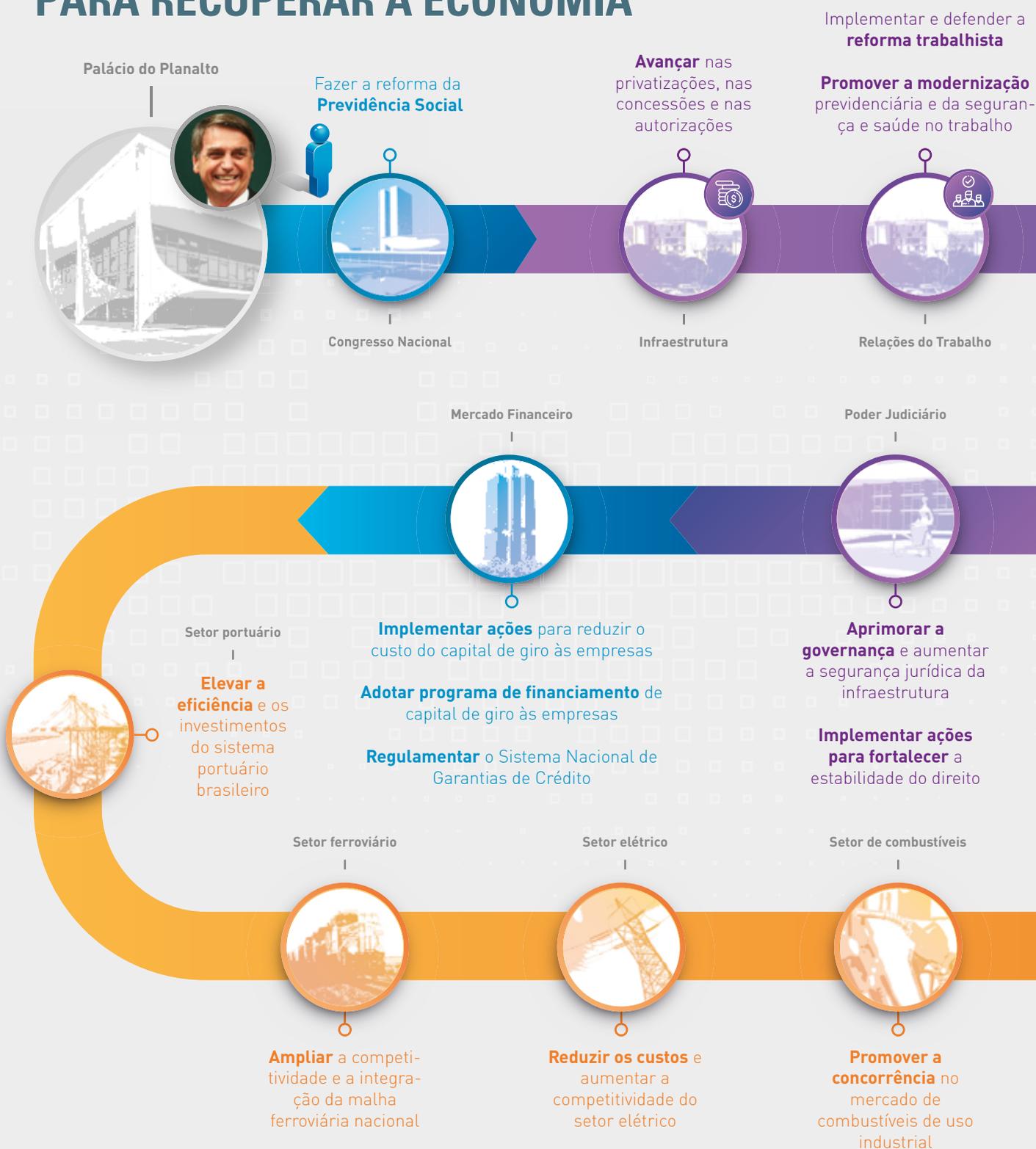
Revisar o marco regulatório da aprendizagem profissional é outra proposta incluída na agenda de prioridades para o próximo governo. Para a CNI, as mudanças promovidas pela Lei nº 10.097, de 2000, aumentaram o distanciamento entre a aprendizagem profissional e

as demandas da empresa, tornando-a uma política pública com baixo impacto no desenvolvimento social e econômico do país. Essa dissociação é ruim para as empresas e para os trabalhadores, pois a atual lei embute incentivos que terminam por reduzir a contratação dos treinados. Apenas 10% dos egressos da aprendizagem profissional no Brasil são incorporados ao mercado de trabalho, enquanto na Alemanha são 55% e na Inglaterra chegam a 73%.

A CNI argumenta que, para aumentar a eficácia da política e sua capacidade de formar jovens e empregá-los, é necessária uma revisão do marco regulatório da aprendizagem profissional, que recupere e fortaleça seu caráter educacional, contribua com a trajetória de profissionalização dos adolescentes e jovens aprendizes e concorra para o aumento da produtividade das empresas submetidas ao cumprimento da cota. A chave nesse processo, conforme a entidade, é alterar as regras que distanciam a oferta da demanda de trabalho.



# A CORRIDA DO NOVO PRESIDENTE PARA RECUPERAR A ECONOMIA



# Conheça os principais pontos da **lista de prioridades** elaborada pela CNI

**Modernizar** a gestão do Estado

**Desenvolver ações** de desburocratização e de aumento da qualidade regulatória



Reforma do Estado

Agência Reguladora

**Criar modelo** de governança e ações regulatórias para a indústria 4.0

**Garantir maior estabilidade** aos recursos para PD&I



Ciência e Tecnologia

Relações Internacionais

**Dar continuidade** à reforma do Ensino Médio

**Revisar o Marco Regulatório** da Aprendizagem Profissional



Educação

Sistema Tributário

**Elaborar proposta** de Plano Nacional de Segurança Pública



Segurança Pública

**Priorizar iniciativas voltadas para o aumento** da produtividade e da inovação

**Aperfeiçoar e fortalecer** as agências reguladoras de infraestrutura

**Aumentar a participação privada** na infraestrutura

Setor de gás natural



**Promover competitividade** e investimentos no mercado de gás natural

**Apresentar política** de exportações e de integração nacional

**Firmar o compromisso** de acesso do Brasil à OCDE

Setor de telecomunicações



**Modernizar o marco** institucional do setor de telecomunicações

**Desenhar um novo modelo** tributário com foco em competitividade, simplificação e transparência

**Modernizar** a tributação indireta para garantir a competitividade

**Adaptar a tributação de renda** corporativa às novas regras globais

Meio ambiente



**Aperfeiçoar** o sistema de licenciamento ambiental

**Regulamentar** a gestão dos recursos hídricos

**Modernizar** o marco legal do saneamento básico

*Redução unilateral de tarifas expõe setores da economia brasileira a uma competição desleal*



# COMPETIR EM PÉ DE IGUALDADE

ABERTURA COMERCIAL PEDE QUE, ANTES, ECONOMIA RECUPERE SEU VIGOR E QUE OBSTÁCULOS À COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS, COMO O SISTEMA TRIBUTÁRIO, SEJAM SOLUCIONADOS

Processos de abertura comercial, com a concorrência que trazem para empresas locais, podem estimular ganhos de competitividade em economias que se preparam adequadamente para dar esse salto. No caso do Brasil, o tema suscita certo receio no setor produtivo justamente devido à complexa e extensa agenda a ser enfrentada pelo país para remover a pesada bola de ferro do Custo Brasil que impede as empresas nacionais de enfrentar, em pé de igualdade, a concorrência internacional.

A hipótese voltou ao noticiário, nas últimas semanas, na forma de uma redução unilateral de tarifas de importação para determinados produtos industriais, como consta do programa de governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro. Semelhante à proposta do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), divulgada em abril, esta foi recebida com ressalvas pela indústria por não tratar da necessária melhora prévia do ambiente de

negócios nacional por medidas como a reforma tributária. Esta, aliás, deve preceder qualquer processo de abertura comercial, como afirmou o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, em 5 de novembro.

Para a indústria, a redução unilateral de tarifas significaria abrir o enorme mercado brasileiro – seu principal ativo no comércio mundial – para exportadores estrangeiros. Sem uma correção das distorções da economia nacional, isso poderia

trazer danos graves ao setor produtivo nacional. Em artigo publicado no fim de outubro, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, alertou, por exemplo, para o aumento do desemprego. “O raciocínio de quem defende a abertura unilateral embute um erro: pensar que a baixa produtividade do Brasil é resultado do custo das importações”, escreveu.

A indústria tem privilegiado a agenda de acordos comerciais. Por envolverem longos processos de negociação, os acordos envolvem concessões recíprocas entre os países envolvidos, numa agenda complexa que vai de comércio a investimentos, de forma a promover abertura progressiva e acompanhada de medidas estruturadas para os setores mais afetados. Os tratados internacionais também dependem de

aprovação pelo Congresso Nacional, o que confere previsibilidade e estabilidade aos pactos.

“Uma abertura radical vai, simplesmente, quebrar uma parte da in-

no mesmo nível de desenvolvimento que o brasileiro. O Brasil, quando comparado, com o México, por exemplo, é um desastre.”

Em outras palavras, a abertura radical exporia o setor produtivo à concorrência de mercadorias estrangeiras produzidas em países que não carregam o peso dos componentes do Custo Brasil. As empresas brasileiras, por exemplo, enfrentam o mais complexo sistema tributário do mundo, no qual são necessárias 1.958 horas para se pagar os impostos. Num comparativo feito pela CNI, em

que analisa o desempenho brasileiro frente a 17 economias concorrentes no mercado global, o Brasil permaneceu em penúltimo lugar, posição que ocupa desde 2012.

“Não há notícias de medida do tipo ter ocorrido em qualquer país

*“Uma abertura radical vai, simplesmente, quebrar uma parte da indústria. Não precisa ser gênio para entender isso”*

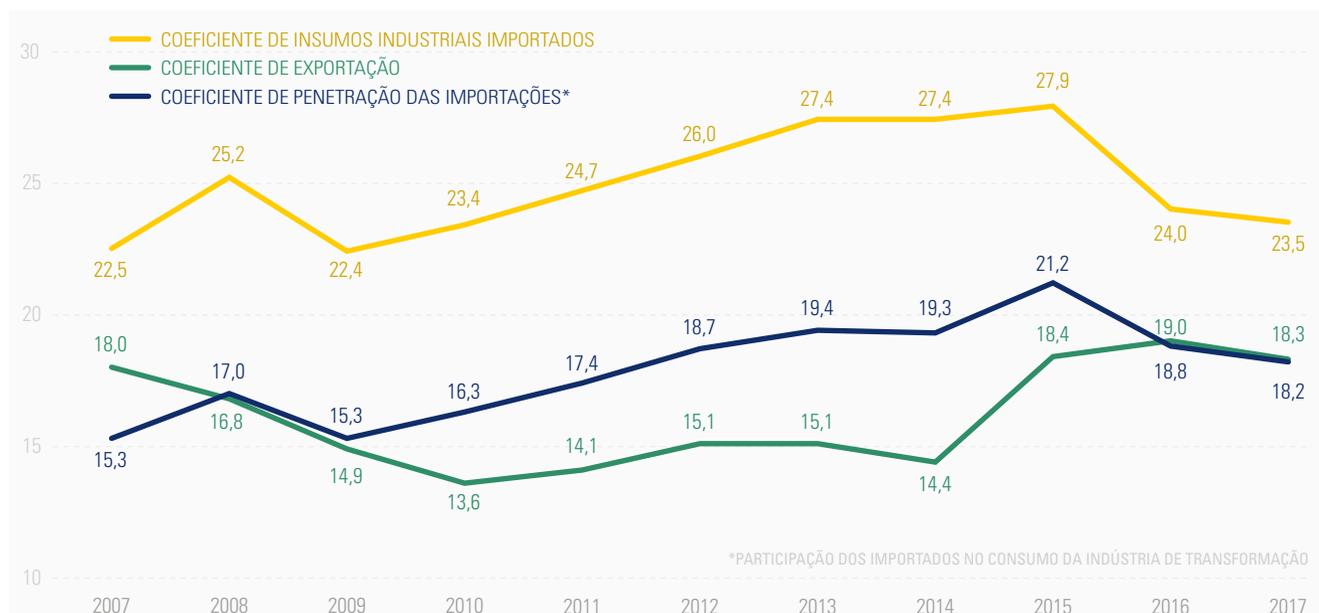
**Welber Barral,**

*ex-secretário de Comércio Exterior e sócio da consultoria Barral M. Jorge.*

dústria. Não precisa ser gênio para entender isso.”, observa Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior e sócio da consultoria Barral M. Jorge. “É entregar de bandeja. A empresa brasileira enfrenta custos de produção que não existem em países

## AMEAÇA DE INVASÃO

Mesmo sem abrir economia, presença de importados cresce, enquanto exportações não decolam



Fonte: Coeficientes de abertura comercial – Ano 8 – Número 2

com estrutura de produção como a do Brasil”, pontua o presidente da Associação Brasileira de Indústria Têxtil e de Confeção (ABIT), Fernando Pimentel. “Não há nenhuma razão para que o Brasil faça um movimento desse fora da agenda de acordos. O caminho da abertura é inexorável, mas pela via de acordos comerciais com as legítimas contrapartidas. Nenhum país se descuida de seu quintal.”

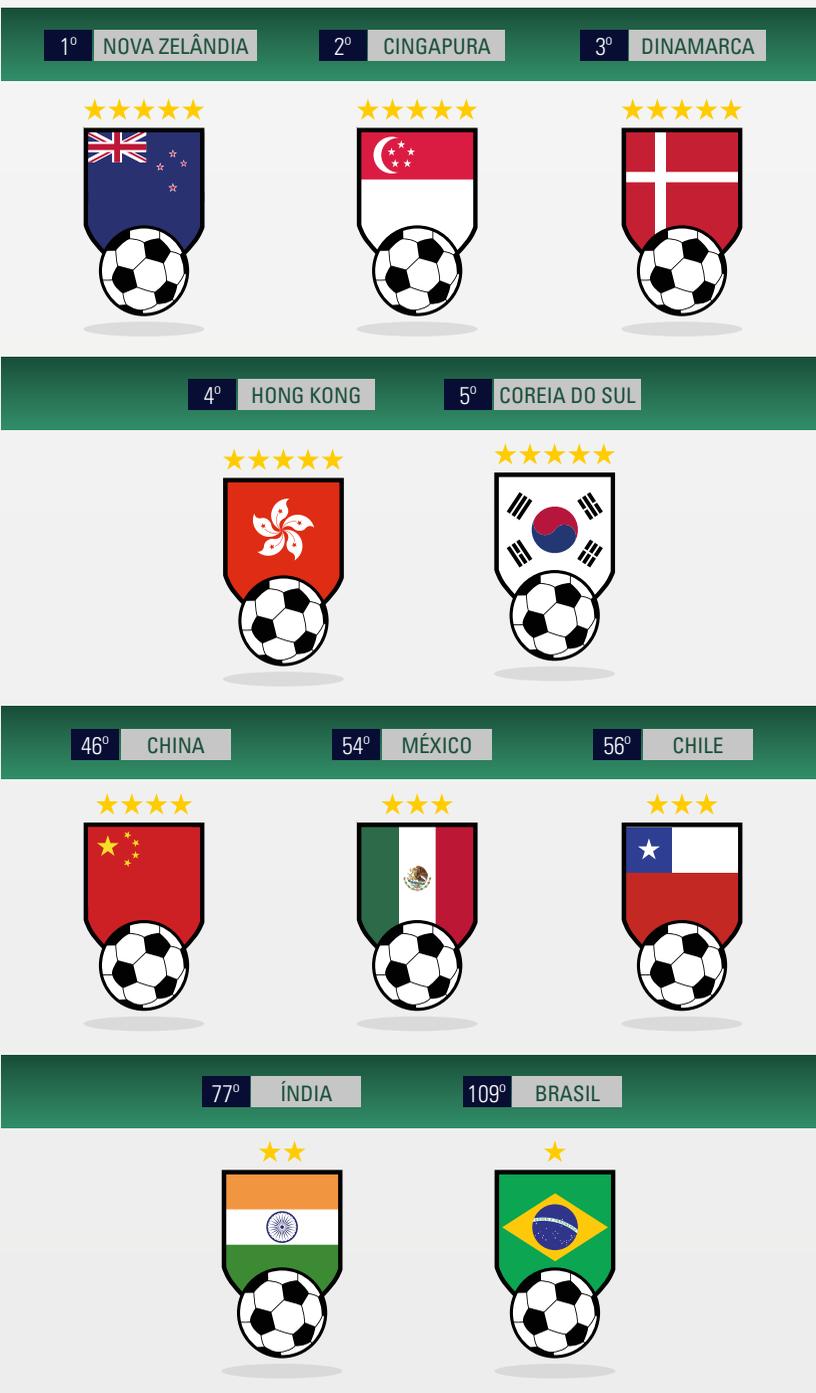
Na indústria, há um crescente déficit no comércio de produtos manufaturados. No caso do setor têxtil, a ABIT aponta que as importações do setor cresceram 13,9%, entre janeiro e setembro deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado. O dado, aliás, segue tendência da pauta de produtos manufaturados. Segundo dados oficiais da balança comercial, as importações de manufaturados cresceram 22,1% em valor, enquanto as exportações apresentam queda de 8,9%, no mesmo comparativo.

Os dados do comércio exterior brasileiro reforçam sua vulnerabilidade, devido às deficiências competitivas internas. Embora seja a nona maior economia, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil é apenas o 26º maior exportador mundial, com 1,2% do valor embarcado. Além disso, os anos recentes mostram que, mesmo sem abrir a economia, a presença de produtos importados cresce, enquanto a participação das exportações na produção da indústria recua.

“É a estrutura tributária brasileira que prejudica a competitividade brasileira. A abertura unilateral vai prejudicar a produção nacional e gerar desemprego. E fica a pergunta: a abertura vai me ajudar a exportar? Para isso, é preciso também uma agenda ambiciosa de acordos comerciais, que abram mercados para produtos brasileiros”, questiona o gerente-executivo de Assuntos Internacionais da CNI, Diego Bonomo.

# PAÍSES QUE FAVORECEM OS NEGÓCIOS

NUM PAÍS EM QUE AS CONDIÇÕES NÃO SÃO FAVORÁVEIS AOS INVESTIDORES, UMA ABERTURA RÁPIDA PODERIA SER FATAL EM VÁRIOS SETORES ECONÔMICOS



Fonte: Banco Mundial

# TUDO PRONTO PARA A RETOMADA

O ECONOMISTA LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO ACREDITA QUE A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA DEPENDE DA CONFIANÇA QUE SERÁ DEPOSITADA NO FUTURO GOVERNO

O Brasil está pronto para recuperar um crescimento econômico sustentado, mas é preciso, primeiro, aprovar a reforma da Previdência Social, afirma Luiz Fernando Figueiredo, sócio da Mauá Capital e ex-diretor de política monetária do Banco Central. Ele compara a situação do Brasil a de um atleta que está pronto para correr, mas foi proibido de respirar. “O nosso oxigênio está acabando”, afirma. Contudo, o novo governo, segundo ele, reacendeu esperanças entre agentes econômicos. “Não dá para querer que entregue tudo rápido, mas começou bem”, diz o economista.

## **O presidente eleito tomará posse com muitas tarefas. Na sua opinião, o que precisa ser feito na economia?**

A gente tem um grande problema de insustentabilidade fiscal. Na área econômica não tem nada mais importante do que isso. Não adianta você ser um atleta e estar pronto para correr se te impedirem de respirar. O déficit vai fazer com que, daqui a pouco, o país não

consiga respirar. Então não adianta ser um atleta porque, se não puder respirar, morre. E é isso que vai acontecer se o Brasil não resolver a questão fiscal. O nosso oxigênio está acabando.

## **E o que pode ser feito para resolver isso?**

Precisamos aprovar uma reforma da Previdência Social, que não é todo o problema, mas é um encaminhamento para resolvê-lo. Isso vai mostrar que o país está no caminho de resolver o problema. Só isso não é o suficiente, mas sem isso não tem jeito.

## **Qual seria o prazo para aprovar essa reforma?**

A reforma precisa ser o primeiro ato econômico a ser enviado ao Congresso Nacional após a posse do presidente. Há uma tramitação para a proposta que precisa ser respeitada. Afinal, será uma emenda constitucional. Se ela vai ser aprovada em junho ou agosto não importa, mas não pode ser muito depois disso. Ao longo do primeiro semestre

poderemos ver, claramente, se a proposta está caminhando ou não. Um bom ministério e uma boa agenda já mudam bastante uma coisa que hoje está atrapalhando muito o Brasil, que é a falta de confiança. Essas ações vão melhorar muito a confiança das pessoas e das empresas no país.

## **O entrave para a retomada da atividade está na falta de confiança?**

Do ponto de vista econômico, o Brasil está prontinho para começar a se recuperar. Ele tem, hoje, uma ociosidade muito grande. As empresas fizeram um enorme ajuste de custos, o custo financeiro também reduziu e não houve desalavancagem. O que precisa é um pouco de confiança para aumentar a demanda. Com isso, as empresas vão aumentar o seu faturamento.

## **Só isso?**

Claro que, ao longo do tempo, se o governo não conseguir entregar, a confiança volta a reduzir. Como estamos



Foto: divulgação

*Ex-diretor do BC acredita em elevação da taxa básica de juros em 2019 para algo em torno de 8,5% ao ano*

hoje no que os economistas chamam de hiato, com capacidade ociosa elevada, temos um caminho fácil de recuperação econômica. O que se precisa é, ao longo desse caminho, gerar uma confiança mais estrutural, para que a recuperação venha de investimentos, que é a melhor maneira de termos um crescimento sustentado.

### **Além da reforma da Previdência, o que mais precisa ser feito na área fiscal?**

Enquanto avançamos na reforma previdenciária, temos outras agendas acontecendo, como as privatizações e concessões. Temos um marco, que é a questão da Previdência e, sem resolver isso, que é parte importante do ajuste, fica mais complicado avançar. Mas há outras medidas que podem ser adotadas para reduzir o déficit, porque a reforma da Previdência vai ajudar ao longo do tempo. Entretanto, no curto prazo, tem de sair de um déficit e entrar em superávit, de uma maneira gradual, mas tem de fazer esse processo. Na medida em que as pessoas

tiverem mais confiança na sustentabilidade, elas terão mais confiança também no seu negócio, no seu emprego e irão tomar mais atitudes de longo prazo, como comprar um carro, comprar uma casa, fazer o investimento numa nova planta industrial ou construir um empreendimento. Enquanto não houver essa confiança, não serão feitos investimentos.

### **E do ponto de vista da política monetária?**

Essa é a parte mais tranquila da agenda econômica. A inflação está baixa, há bastante espaço de crescimento da economia sem gerar pressão inflacionária e a taxa básica de juros (Selic) está numa posição que ajuda muito esse processo de recuperação. Não tem nenhuma situação de urgência na política monetária. A taxa de juros deve subir um pouquinho ao longo de 2019, mas deve sair de 6,5% ao ano para algo em torno de 8% ou 8,5%, que continuarão sendo juros bastante baixos para o padrão brasileiro. E essa taxa não atrapalha a economia.

### **Mas os juros para capital de giro ainda são elevados. Como resolver isso?**

Para resolver isso, você tem duas coisas. A primeira é que a inadimplência futura deve ser menor que a atual, o que permite reduzir o spread bancário. E a segunda são as reformas microeconômicas. Tem muita coisa a ser feita para reduzir o spread bancário. Não estou aqui para defender banco, mas os juros são altos porque temos uma cunha fiscal elevada, custos regulatórios, insegurança dos contratos, garantias inadequadas e um monte de outras coisas.

### **Essas reformas microeconômicas podem ser feitas em paralelo enquanto se avança na reforma da Previdência?**

Elas devem e serão feitas de maneira paralela. Elas são muito importantes, mas são mais fáceis de serem aprovadas porque exigem um quórum menor no Congresso Nacional ou podem ser feitas por normas do Poder Executivo.

# SERÁ MAIS FÁCIL NEGOCIAR COM NOVO CONGRESSO

O CIENTISTA POLÍTICO LUCIO RENNÓ ACREDITA QUE JAIR BOLSONARO TERÁ BOAS CONDIÇÕES DE AVANÇAR SUA AGENDA LEGISLATIVA

A renovação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, determinada pelas eleições de 2018, deverá facilitar as negociações do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), para aprovar suas propostas de governo, avalia o cientista político Lucio Rennó, professor e pesquisador da Universidade de Brasília (UnB). “A negociação para a construção de uma maioria favorável às propostas do governo não será difícil”, afirma o pesquisador, que considera a existência de muitos novatos uma ajuda às lideranças dos partidos que formarão a base governista. Segundo ele, as negociações poderão ser mais difíceis no Senado, ainda que essa seja uma casa revisora. Isso porque o poder dos partidos tradicionais ali ainda é expressivo.

## Com qual base de apoio o governo Bolsonaro poderá contar no Congresso Nacional?

Ele já vai começar contando com um partido de tamanho bastante razoável. O PSL teve um crescimento único na nossa história, de um partido que já existia

e que, de uma eleição para outra, aumentou sua bancada de 1 para 52 integrantes. Possivelmente ainda vai ter novas adesões no começo da próxima legislatura. Deve crescer um pouco mais até por conta da cláusula de desempenho, que estimula a migração de deputados eleitos de partidos que não conseguiram a votação mínima exigida em lei para outros maiores. Além disso, o governo provavelmente vai tentar atrair o apoio de partidos que têm, tradicionalmente, apoiado o Poder Executivo no Brasil. Já há negociações com deputados eleitos pelo Centrão, o bloco partidário em que os deputados têm o perfil de estarem dispostos a cooperar com o Executivo. Além disso, dependendo do tema que estiver sendo votado, o governo Bolsonaro pode contar com o apoio de partidos que já se manifestaram favoravelmente ao assunto.

## E para a votação das propostas do governo?

A negociação para a construção de uma maioria favorável às propostas do

governo não será difícil, mas, devido ao elevado grau de fragmentação do sistema partidário que temos hoje, talvez não seja fácil obter os votos para aprovação de emendas constitucionais, que exigem 308 votos favoráveis. Para aprovar projetos de lei e garantir uma governabilidade mínima, não vejo problemas. É importante ter em mente, também, a necessidade de possuir aliados ocupando cargos de poder dentro da Câmara dos Deputados. A presidência da Câmara é extremamente importante porque define a agenda do que será votado. Ter um parceiro experiente no comando da Câmara é algo imprescindível para o novo governo, no seu início.

## As negociações já em andamento para a reeleição do Rodrigo Maia (DEM-RJ) podem facilitar o andamento das propostas do novo governo?

Sem dúvida. Essa questão parece já estar adiantada e ela me parece, se avançar, bastante acertada porque Maia é um político experiente, já



*Rennó diz que o presidente eleito tem respaldo das urnas para fazer avançar sua agenda legislativa*

conhece a Câmara e seus meandros. Seria importante ter um aliado desse tipo para um governo que deverá ter muitos membros sem experiência no Poder Executivo, que deve passar por uma renovação bastante grande dos quadros. Isso tem seus custos do ponto de vista da experiência e do aprendizado. Então é positivo que se tenha aliados na Câmara com essa experiência no funcionamento da Casa, para que auxiliem, inclusive, nesse processo de negociação. Cabe lembrar que o presidente eleito também é um deputado experiente. Apesar de não ter sido liderança na Câmara, entende com ela funciona. Ele vai ter um papel importante dentro desse processo de negociação. Vindo com a votação que teve, o presidente tem um respaldo das urnas que é significativo. Isso acontece sempre no começo de mandato de governos. O representante que acaba de ser eleito tem sempre aquele período de lua de mel, que alguns falam ser de três meses. Esse é um

período muito propício para um presidente conseguir avançar sua agenda em alguns aspectos.

### **A grande renovação da Câmara poderá facilitar as negociações?**

Com algumas exceções, o político novato normalmente assume uma posição de menos projeção, de atuação mais discreta. Até porque ainda está aprendendo como é o exercício do cargo, está se ambientando na Câmara. De certa forma, esse novato acaba facilitando o trabalho dos líderes dos partidos, porque eles acabam tomando as decisões e os políticos da base acompanham. Ter um grande número de novatos facilita a vida do Executivo e torna mais fácil a adesão desses parlamentares às lideranças partidárias.

### **E a situação no Senado Federal?**

Apesar da renovação histórica, a situação aqui é mais complicada porque a Casa tende a ser composta por lideranças com mais experiência nos diferentes partidos e o grau

de fragmentação partidária também é muito grande. O jogo no Senado ainda deve ser controlado pelos partidos mais tradicionais e a influência de Bolsonaro deve ser um pouco mais mitigada devido ao poder desses partidos. Contudo, dado o rito legislativo no Brasil, de início da tramitação das propostas do Executivo na Câmara, onde a votação já foi negociada e a proposta segue para a casa revisora com uma legitimidade significativa, isso restringe um pouco a margem de manobra que os senadores podem ter. Não é que inviabiliza a mudança, mas, como é uma Casa revisora, ela teoricamente ofertaria menos problemas, uma vez que a questão já teria sido pacificada e votada na Câmara dos Deputados. É fato que o Senado pode gerar mais dificuldades para o Poder Executivo por conta do maior poder dos partidos tradicionais, mas houve um processo de renovação significativo, com políticos em início de mandato dispostos a conversar com o Executivo, que tem controle sobre orçamento e cargos.

## SEMINÁRIO DA CNI REVELA ACERTO DO STF EM DECISÃO SOBRE A TERCEIRIZAÇÃO

Os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a legalidade da terceirização em todas as etapas do processo produtivo foram debatidos em um seminário promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no último dia 22 de outubro. Para os debatedores convidados, o julgamento permitiu mais segurança jurídica sobre a questão. A tendência, agora, é que os juízes em todas as instâncias sigam a determinação da corte superior. Os especialistas recomendaram aos empresários que sofreram com decisões judiciais contrárias à terceirização que busquem revisão das sentenças. Para os novos contratos, as empresas devem respeitar os limites previstos em lei para evitar o reconhecimento direto do vínculo empregatício.



Foto: Nelson Jr./SCO/STF



Foto: Miguel Ângelo/CNI

## MEI E EMBRAPII LEVAM EMPRESÁRIOS A CENTROS DE PESQUISA EM CINCO ESTADOS

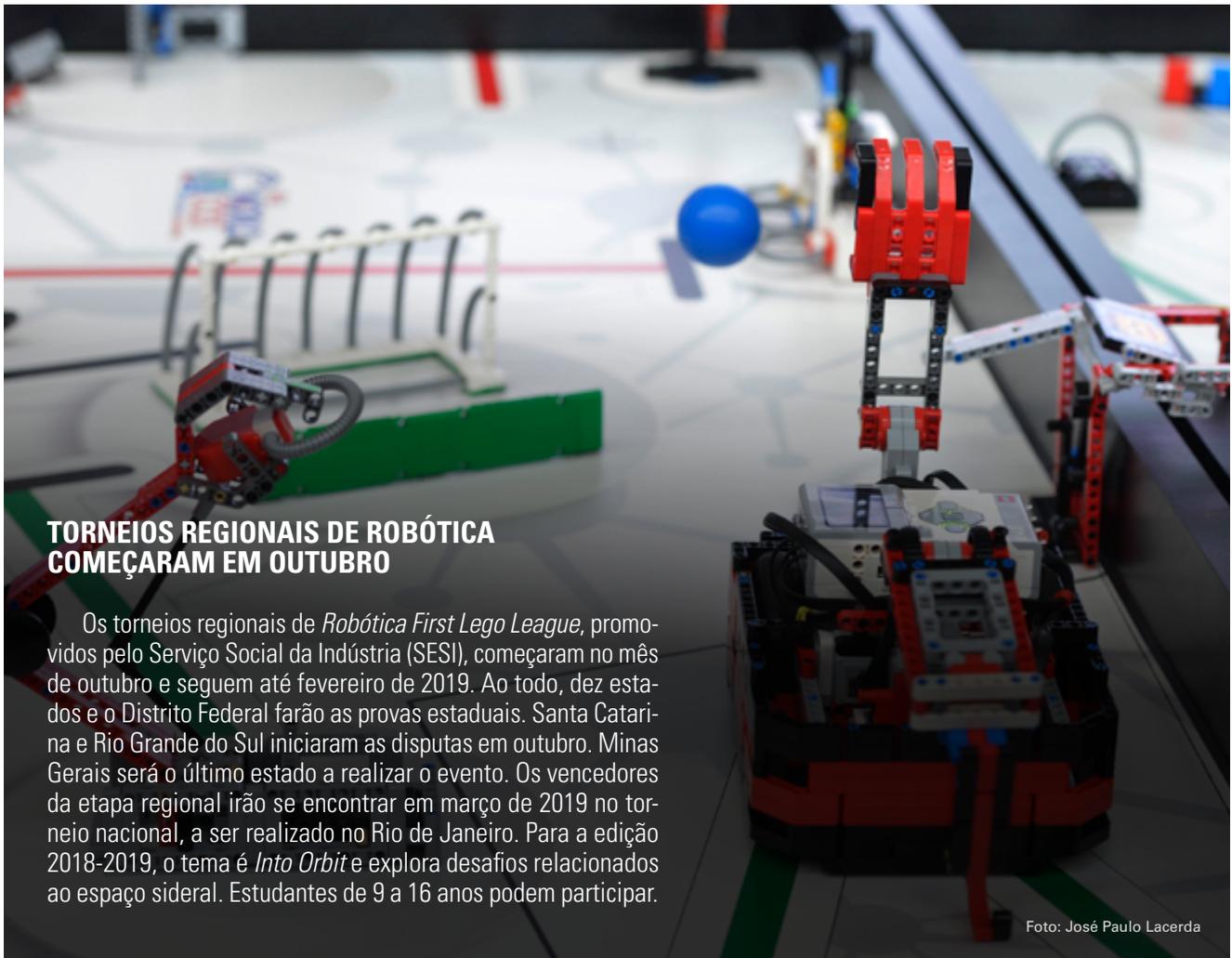
De 5 a 9 de novembro, empresários brasileiros visitaram centros de referência em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D) de cinco estados: Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A iniciativa faz parte do Programa de Imersão em Ecossistemas de Inovação, promovido pela Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). O objetivo da imersão é aproximar o empresariado brasileiro e instituições de conhecimento a fim de viabilizar projetos inovadores determinantes para a competitividade da indústria. Desde 2016, mais de 200 executivos participaram das imersões e já foram visitados cerca de 80 centros, empresas e instituições que atuam em projetos de ponta.

## SENAI INAUGURA DUAS NOVAS UNIDADES NA PARAÍBA

A Paraíba tem, desde o dia 16 de outubro, dois espaços voltados à formação profissional e à oferta de serviços técnicos para a indústria. Em João Pessoa, foi inaugurado o Instituto SENAI de Tecnologia Têxtil e Confecção, com equipamentos modernos como máquinas de fiação para fibras naturais e sintéticas, tecelagem plana, malharia e estamperia digital. No município de Caaporã – distante cerca de 60 km da capital – foi lançado o Centro de Formação Profissional Robson Braga de Andrade. A estrutura possui equipamentos de automação industrial, laboratórios de informática e de instalação predial. Além disso, conta com a Universidade Chevrolet, onde a montadora vai realizar treinamento de mecânicos.



Foto: Divulgação



## TORNEIOS REGIONAIS DE ROBÓTICA COMEÇARAM EM OUTUBRO

Os torneios regionais de *Robótica First Lego League*, promovidos pelo Serviço Social da Indústria (SESI), começaram no mês de outubro e seguem até fevereiro de 2019. Ao todo, dez estados e o Distrito Federal farão as provas estaduais. Santa Catarina e Rio Grande do Sul iniciaram as disputas em outubro. Minas Gerais será o último estado a realizar o evento. Os vencedores da etapa regional irão se encontrar em março de 2019 no torneio nacional, a ser realizado no Rio de Janeiro. Para a edição 2018-2019, o tema é *Into Orbit* e explora desafios relacionados ao espaço sideral. Estudantes de 9 a 16 anos podem participar.

Foto: José Paulo Lacerda

## VÍDEO ORIENTA EMPRESÁRIOS NO USO DE SERVIÇOS DA REDE CIN

A Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN) lançou, no último dia 24 de outubro, um vídeo para ajudar os empresários a entenderem como funciona a inteligência comercial e como as unidades podem montar estratégias para internacionalização de empresas. De forma didática, o material explica ao empresário que ele pode contar com o apoio da rede instalada em todas as federações estaduais. Além disso, o vídeo apresenta os diversos serviços prestados, como análise de tendências de mercado, estratégias para encontrar oportunidades de negócio, avaliação sobre a competitividade do produto e identificação de clientes e parceiros. A ideia é que o empresário seja capaz de tomar decisões seguras e com menor risco.

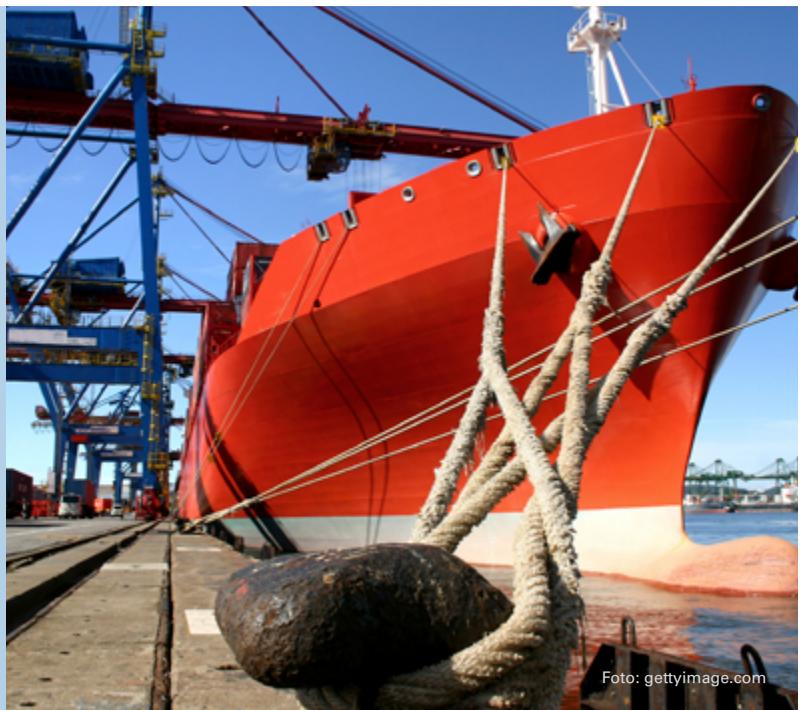


Foto: gettyimage.com

*Uma das tendências do setor é a descarbonização, com o aumento do uso de fontes renováveis*



# INVESTIMENTO NO FUTURO ENERGÉTICO

ANEEL VEM SENDO RECONHECIDA COMO AGÊNCIA MODELO POR SUA EFICIÊNCIA E PELA APLICAÇÃO DE MAIS DE R\$ 4 BILHÕES EM P&D NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Criada há mais de 20 anos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tem adquirido cada vez mais uma reputação de órgão regulador modelo no país, devido ao seu padrão de eficiência gerencial e a uma inédita política de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Em conjunto, as ações que vêm sendo tomadas pela atual direção prometem reconfigurar a capacidade de geração, transmissão e consumo de energia elétrica no Brasil.

Para o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Fonseca Leite, a agência tem se destacado, também, pela transparência e discussão pública dos temas que serão regulamentados. “A Aneel é, hoje, a agência reguladora mais eficiente, tanto na definição de normas quanto no desenvolvimento de projetos que buscam inovação para o setor”, afirma o dirigente. A construção de redes inteligentes de geração e distribuição de energia ocorreu a partir de um trabalho de parceria entre a agência e o setor privado, lembra Leite.

Na avaliação do professor e pesquisador Sérgio Salles Filho, do Instituto de Geociências da Universidade de Campinas (Unicamp), a Aneel tem feito um bom trabalho na gestão de P&D, contribuindo para a criação de mecanismos que não só facilitam a atuação das empresas, mas também dão direcionamento ao que é prioritário para o país em pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor. As ações da Aneel, lembra o pesquisador, dão ao país “evidências mais que suficientes sobre a importância de instituir um marco legal e regulatório que faça da inovação uma necessidade para as empresas”.

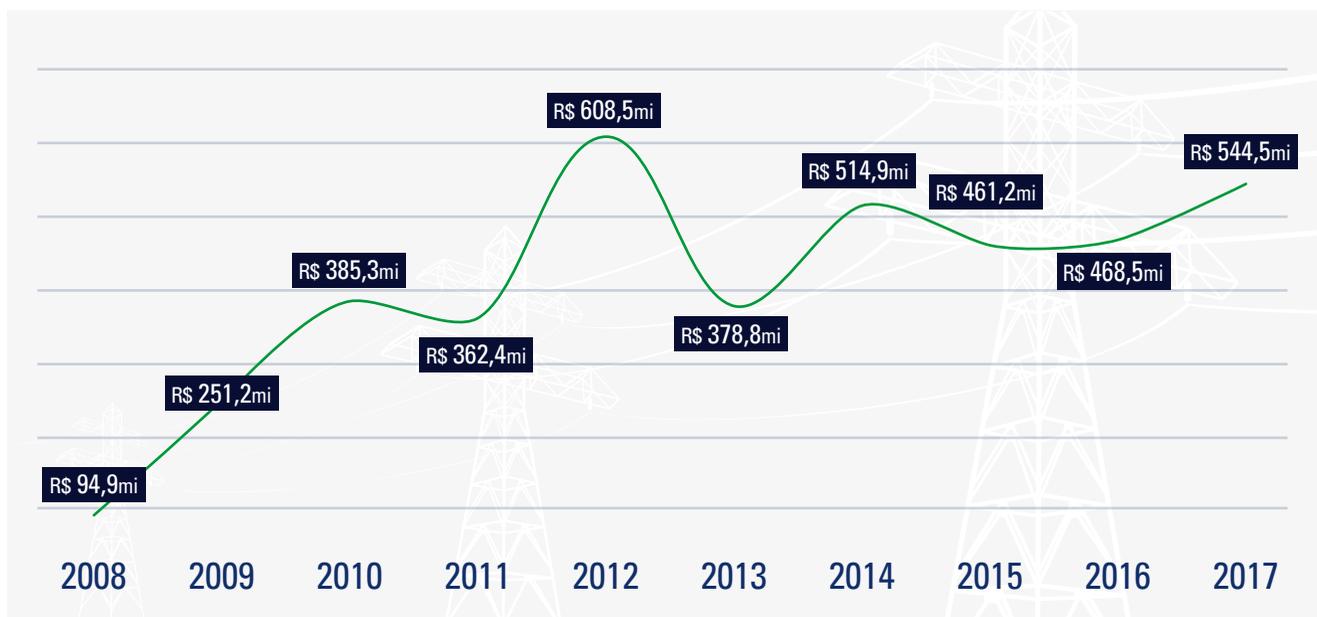
## DIGITALIZAÇÃO

Segundo o superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética da Aneel, Ailson Barbosa, três palavras podem definir os desafios de desenvolvimento tecnológico do setor de energia elétrica no Brasil, atualmente: digitalização, descentralização e descarbonização.

A digitalização, processo iniciado há mais de dez anos na Europa, permite a montagem de uma rede de distribuição de eletricidade que consegue calibrar diferentes exigências de consumo. Com isso, é possível priorizar o uso de fontes de energia mais baratas, próprias ou de difícil armazenamento. Permite, ainda, que o excedente de energia seja comercializado, ou seja, “contribui para aumentar a eficiência no uso da energia elétrica”, diz Barbosa.

No caso da descentralização dos recursos energéticos, segundo ele, a questão central é dar ao consumidor a possibilidade de tomar a decisão sobre fazer parte do sistema de distribuição, gerar sua própria energia e comprar seu armazenamento. Barbosa considera que esse deve ser um tema a ser colocado no dia a dia do planejamento energético do país. Entre as vantagens da descentralização estão a redução de emissões de CO<sub>2</sub>, o aumento da eficiência no uso da energia, sua utilização racional e a diversificação

## INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS EM P&D SOMARAM R\$ 544,5 MILHÕES EM 2017



Fonte: Aneel

dos recursos energéticos.

Finalmente, a descarbonização aumenta a procura e pesquisa pelo uso de energias renováveis, que, por sua vez, permitem a geração de energia em lugares de difícil acesso, como o caso de propriedades rurais mais afastadas das áreas urbanas. “O Brasil tem uma matriz energética e elétrica bem superior à dos demais países quanto a fontes limpas”, lembra Barbosa. Entretanto, todo o mundo tem trabalhado na direção da descarbonização, ou seja, na migração de fontes baseadas no carbono, como o carvão mineral e o petróleo, para outras fontes mais limpas, como o gás natural e a energia elétrica.

Para que esses objetivos sejam atingidos, cada país precisa amparar programas robustos de investimentos em pesquisa e desenvolvimento que orientem essa verdadeira

mudança de paradigma. O Brasil tem feito sua parte. Entre 2008 e 2017, a Aneel investiu R\$ 4 bilhões em pesquisa e desenvolvimento, contemplando um amplo conjunto de estudos. Nada menos que R\$ 406

*“A Aneel é, hoje, a agência reguladora mais eficiente, tanto na definição de normas quanto no desenvolvimento de projetos que buscam inovação para o setor”*

**Nelson Fonseca Leite,**  
presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee)

milhões foram investidos em pesquisa na área de armazenamento de energia, outros R\$ 260 milhões foram destinados à área de geração de energia solar fotovoltaica e mais

R\$ 245 milhões incentivaram trabalhos sobre energia eólica. Segundo Barbosa, o objetivo da Aneel não se restringe a impulsionar ações de P&D, mas é, sobretudo, “transformar esse processo num benefício efetivo para a sociedade”.

“Nosso desafio é exatamente que tal inovação aconteça. Para isso, temos feito uma série de ações. Na Rede de Inovação do Setor Elétrico, por exemplo, em vez de fazermos a pesquisa e depois comercializá-la, fazemos o inverso. Já temos a concepção do projeto trazendo a demanda naquele momento e o potencial desse produto no mercado”, resume Barbosa. Segundo ele, foi uma mudança estratégica para levar o P&D para o final da cadeia inovação.

As redes inteligentes de geração e distribuição de energia são outro exemplo de ação exitosa da Aneel.

Integradas por medidores eletrônicos inteligentes em várias fases da transmissão e distribuição de energia, essas redes também podem monitorar o consumo, detectar falhas, armazenar energia e acionar mecanismos para evitar interrupções em tempo real. Além disso, elas permitem maior integração das fontes de energia renovável à rede e conseguem o aproveitamento máximo da energia gerada. Isso melhora a eficiência do sistema elétrico, reduz custos e ajuda a elevar a produtividade, opina Nelson Fonseca Leite, presidente da Abradee.

## OPORTUNIDADES

Num país de dimensões continentais, em que a infraestrutura ainda precisa ser melhorada, as oportunidades que surgem com a transformação digital da indústria no setor de geração e transmissão de energia exigem uma preocupação constante com a inovação, lembra Leite. Segundo ele, os investimentos em P&D da Aneel permitiram, por exemplo, o desenvolvimento de um aplicativo que dá aos consumidores informações sobre geração, distribuição, encargos e tributos de sua conta de luz.

Leite considera, entretanto, que o uso de recursos para P&D deveria ser mais flexível, com maior liberdade na escolha dos projetos que serão financiados. “Deveríamos ter regras inspirada na Lei do Bem”, comenta ele, referindo-se à Lei nº 11.196/05, que criou incentivos fiscais para empresas que investem recursos em Pesquisa e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica (PD&I) e estimulou a aproximação entre empresas, universidades e institutos de pesquisa.

Para dar maior eficiência ao uso da energia produzida no país, a Aneel tem dirigido sua atenção ao armazenamento. Segundo Ailson Barbosa,

as energias renováveis, como a solar e a eólica, são fontes intermitentes e não estão disponíveis para o consumidor o tempo inteiro. “Uma forma de tornar isso disponível 24 horas para o consumidor é o armazenamento”, diz o superintendente da Aneel, que aposta em soluções a serem aplicadas no setor elétrico.

A descentralização da geração de energia, lembra ele, também exige aperfeiçoar e inovar no armazenamento, principalmente porque a tendência de demanda de energia nos próximos anos é elevada. Para Barbosa, a

ampliação do uso de veículos elétricos, a disseminação da digitalização, o crescimento da Internet das Coisas e a utilização da inteligência artificial exigem melhoria constante na geração, na transmissão e no armazenamento da energia elétrica.

O caso brasileiro, novamente, oferece desafios continentais. “Uma de nossas metas é descentralizar”, conta o dirigente da Aneel. “Hoje tem muita coisa no Sudeste. É importante descentralizar para que haja um crescimento uniforme da oferta de energia em todo o país. Quando



Foto: divulgação

*Ailson Barbosa (Aneel) lembra que demanda por energia no país vai crescer*

o consumidor resolve fazer parte de sua geração, ele, de certa forma, está reduzindo o próprio sistema e otimizando a aplicação do recurso porque o melhor local para você gerar energia é onde ela é consumida”.

Ao invés de a energia vir de uma região distante, ela passaria a ser gerada localmente. “Do ponto de vista do sistema, é muito bom porque se evita que essa energia se desloque de um ponto muito distante para atender a uma casa do outro lado do país. Isso se chama redução de perda elétrica e evita grandes investimentos porque a geração e o consumo são locais”, explica Barbosa.

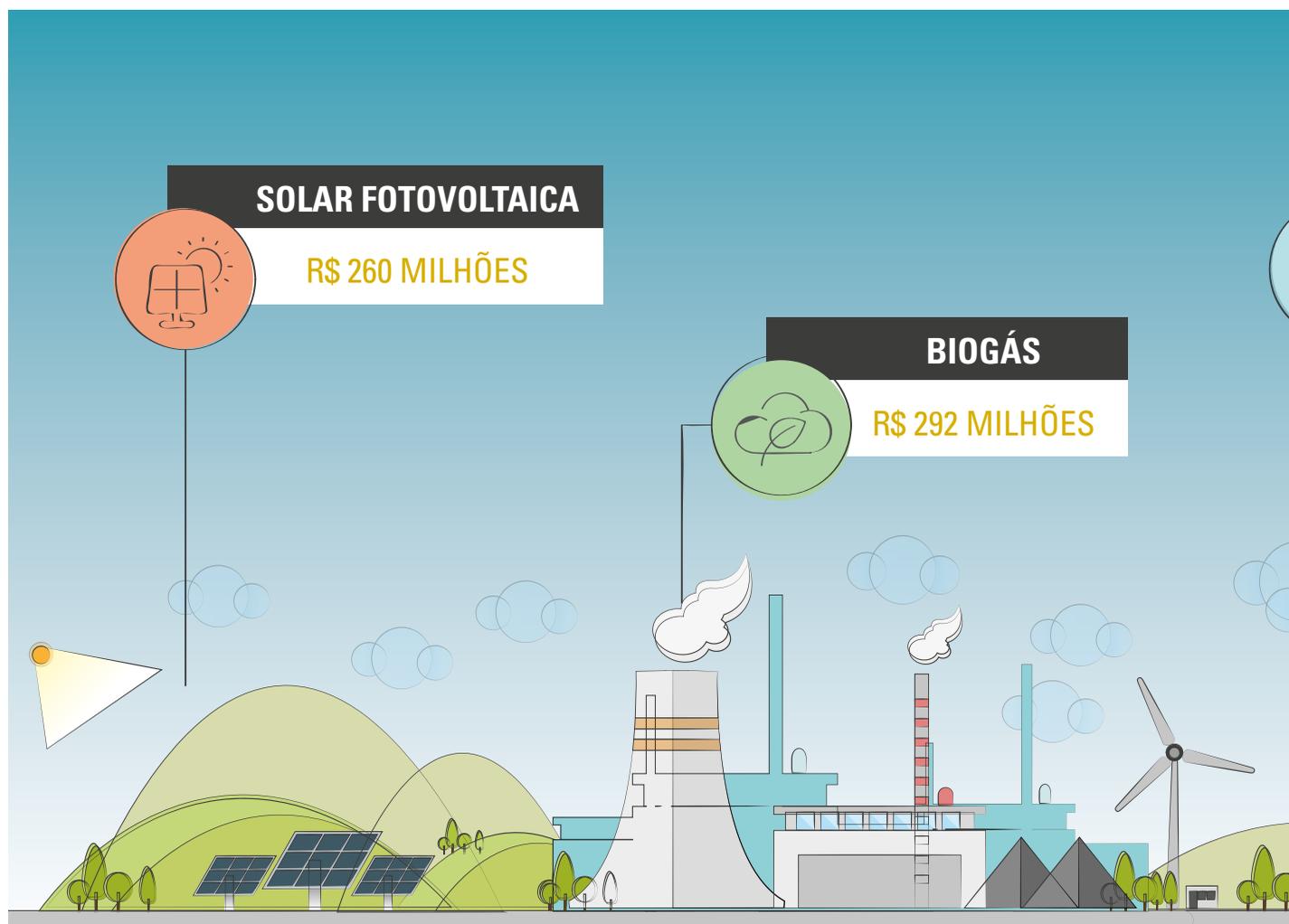
Uma fonte importante de recursos para estudos vem da contribuição de empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, que devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica. A intenção é incentivar a busca constante por inovações e fazer frente aos desafios tecnológicos do setor elétrico.

A expectativa de crescimento da demanda por energia no Brasil

justifica a ênfase da Aneel no investimento em P&D. Pesquisa feita em 2017 pela agência mostra que a potência instalada de energia elétrica no Brasil é de 151,7 GW, com tendência de alta nos próximos anos. Levantamentos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) indicam que, até 2026, esse aumento será de, aproximadamente, 3,7% ao ano. Já o consumo energético do brasileiro deverá triplicar até 2050, chegando a 1.624 terawatt-hora (TWh).

Neste ano, com a lenta recuperação da economia, o consumo de energia atingiu 39.080 gigawatts-hora em

## CONHEÇA AS ÁREAS QUE MAIS RECEBERAM RECURSOS PARA P&D



setembro, com alta de 0,3% na comparação com setembro de 2018, segundo a EPE. No acumulado do ano, o consumo subiu 1,1% relação aos nove primeiros meses de 2017. Com a esperada recuperação da economia num ritmo mais acelerado nos próximos anos, a tendência é de maior demanda por energia, tanto na área industrial quanto na residencial.

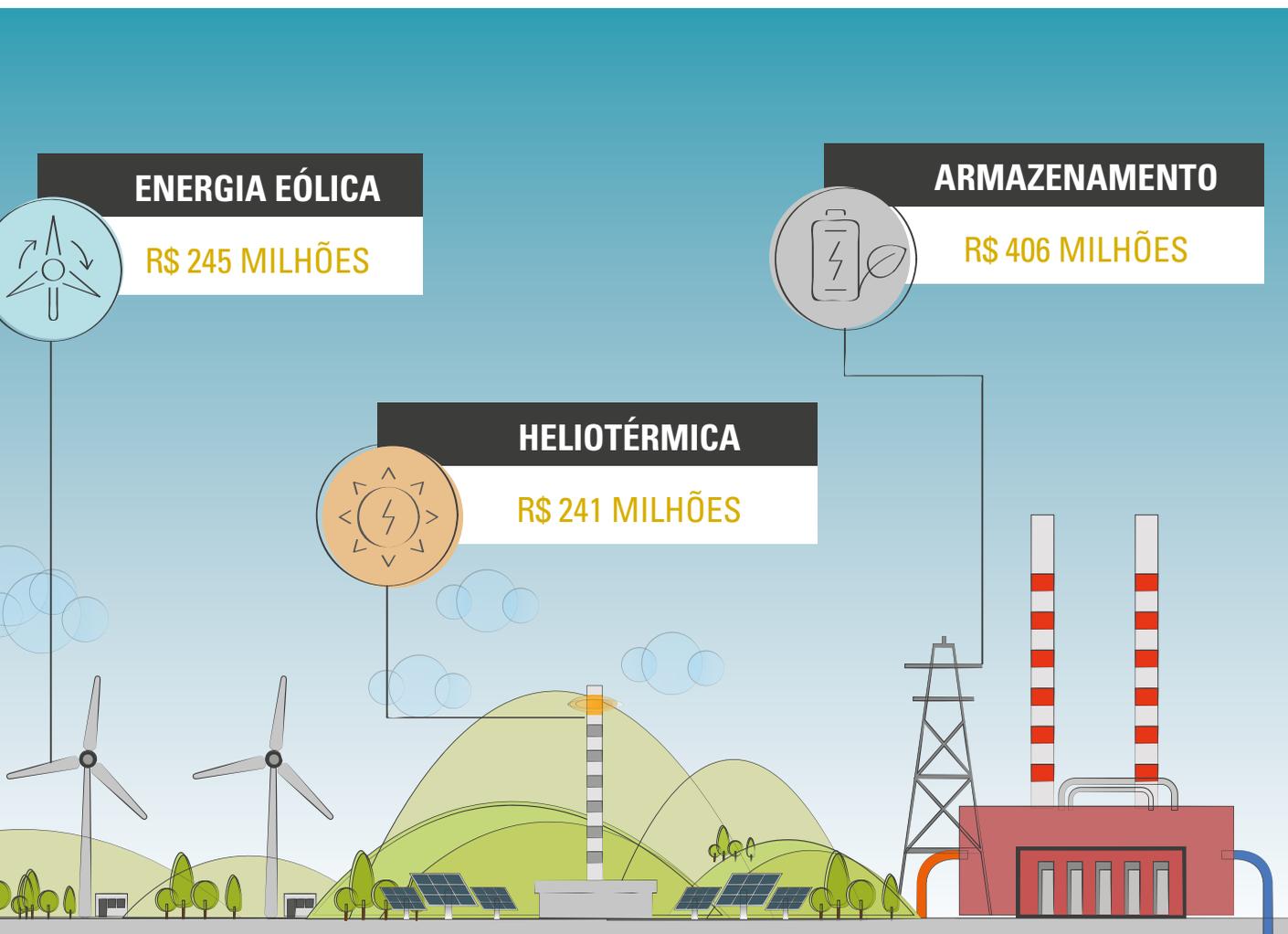
O objetivo do Programa de P&D da Aneel é alocar adequadamente recursos humanos e financeiros em projetos que demonstrem originalidade, aplicabilidade, relevância e viabilidade econômica de produtos e serviços,

nos processos e usos finais de energia. A obrigatoriedade na aplicação dos recursos está prevista em lei e nos contratos de concessão, cabendo à Aneel regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. Ela também estabelece diretrizes e orientações que regulamentam a elaboração de projetos de P&D.

Essa regulamentação busca promover a cultura da inovação, estimulando a pesquisa e o desenvolvimento no setor elétrico brasileiro, criando novos equipamentos e aprimorando a prestação de serviços que

contribuam para a segurança do fornecimento de energia elétrica, a modicidade tarifária, a diminuição do impacto ambiental do setor e a dependência tecnológica do país.

“A questão da inovação é fundamental. Hoje é uma questão de sobrevivência. Você não inova apenas por inovar, mas inova para se manter no mercado. O modelo que existe hoje está em mudança para poder recepcionar as novas tecnologias, como a fotovoltaica ou a eólica”, aposta Ailson Barbosa. Portanto, afirma o dirigente, “é preciso se reinventar”.



Fonte: Aneel



*Complexo instalado no Instituto SENAI de Sistemas incluirá, ainda, laboratórios de Elevação de Temperaturas e de Ensaios Mecânicos*

# LABORATÓRIO DO SENAI FARÁ PESQUISA DE PONTA

INSTITUTO DE INOVAÇÃO EM SISTEMAS ESTÁ SENDO CONSTRUÍDO EM ITAJUBÁ (MG) COM INVESTIMENTOS DE R\$ 425 MILHÕES DA ANEEL, DO BNDES E DE OUTROS PARCEIROS

Transportar aparelhos que pesam entre três e quatro toneladas para realizar ensaios na área de energia elétrica fora do Brasil ou em diferentes locais exige uma logística complicada e tem custos elevados. Entretanto, em 2021, esses testes já poderão ser realizados no país, mais especificamente no Laboratório de Alta Potência do Instituto SENAI de Inovação em Sistemas, localizado em Itajubá (MG). Com investimento total de R\$ 425 milhões, o complexo será o maior da América Latina e estará entre os sete maiores do mundo em PD&I de novos equipamentos e sistemas do setor elétrico.

Gustavo Leal, diretor de Operações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), explica que esse “é um laboratório único no país e que vai atingir ensaios da ordem de até 2.500 MVA (megavolt ampere)”. Segundo ele, atualmente, muitas empresas têm de enviar para fora do país os seus equipamentos e suas amostras para serem analisadas, com um custo altíssimo. “Agora, tudo isso estará disponível num ambiente adequado e moderno. Certamente trará um enorme diferencial para a competitividade da indústria brasileira, tanto na área de geração, transmissão e distribuição de energia como nas áreas de eletrônica, elétrica, energia eólica, solar e naval”, afirma Gustavo Leal.

Lançado no final de setembro, o

projeto de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para construção do Laboratório de Alta Potência conta com a participação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por meio da aplicação de recursos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, até o limite de R\$ 152,7 milhões. As empresas do setor elétrico que integram o programa também podem aportar recursos até o limite estabelecido, segundo Leal.

## ENSAIOS

O laboratório realizará ensaios que hoje são executados em poucas estruturas no mundo devido à complexidade de produção e manuseio seguro das elevadas potências envolvidas. As condições de alta potência são, em geral, associadas a situações extremas de curto-circuito ou de manobra de correntes elevadas.

Os ensaios avaliam o desempenho e o comportamento de um determinado equipamento em condições reais de solicitação para as quais tenha sido projetado. Aplicam-se, por exemplo, a equipamentos de interrupção em disjuntores, religadores e fusíveis, e à condução, transformação e medição de energia.

No laboratório será instalado um gerador de curto-circuito próprio, tornando-o independente da concessionária e permitindo total flexibilidade de utilização. Além do Laboratório de Alta Potência, serão instalados os

laboratórios de Alta Tensão, de Elevação de Temperatura e de Ensaios Mecânicos. Eles formarão o maior complexo da América Latina e um dos sete maiores do mundo em pesquisa e desenvolvimento de novos equipamentos e sistemas para o setor, e ocuparão uma área total de 217 mil m<sup>2</sup> e 80 mil m<sup>2</sup> de área útil.

O instituto beneficiará uma base industrial diversificada de fornecedores da cadeia elétrica – em geração, transmissão e distribuição de energia – e outros segmentos industriais, como eólico, solar, naval, óleo e gás, têxtil, materiais elétricos, materiais para construção civil e materiais de isolamento.

O projeto é realizado, também, com a parceria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Governo do Estado de Minas Gerais – por meio da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge), da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) e da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) – e da Universidade Federal de Itajubá.

As obras do complexo em Itajubá foram iniciadas em janeiro de 2015 e a etapa inicial da obra já foi executada, com terraplenagem e asfaltamento da área. O projeto se encontra, agora, na fase da construção da subestação de 138 kV e, em seguida, será iniciada a construção da estrutura predial.

# NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA GREVE...

APÓS A PARALISAÇÃO DOS CAMINHONEIROS, INDÚSTRIA PERDE ÍMPETO E AGORA APENAS O FATURAMENTO REGISTRA TENDÊNCIA DE ALTA NO ACUMULADO DE TRÊS TRIMESTRES DE 2018



Foto:

A indústria atravessou tempos de altos e baixos, após o fim da paralisação dos caminhoneiros, há quase seis meses, e às vésperas das eleições presidenciais. Após subir em agosto, o faturamento real do setor voltou a cair em setembro, com redução de 1,1%. O dado é mais um resultado negativo, dentre outros, para um mês que se mostrou fraco para as empresas da indústria da transformação. Agosto também registrou recuos no emprego (-0,1%), nas horas trabalhadas na produção (-0,9%) e na utilização da capacidade instalada (-0,4 ponto percentual).

As conclusões são da pesquisa Indicadores Industriais, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Os números mensais recentes mostram que os efeitos do bloqueio das rodovias brasileiras continuam a ser sentidos pelo setor produtivo, sobretudo por conta das incertezas decorrentes da decisão do governo federal de tabelar o preço mínimo para o frete rodoviário.

Na prática, o preço mínimo elevou a pressão sobre o custo dos produtos, o que impacta diretamente na trajetória de recuperação do faturamento.

## FREIO

Até abril, antes do movimento que freou o trânsito de cargas no país, o faturamento da indústria acumulava alta de 6,9% no primeiro trimestre, frente ao mesmo período do ano anterior. Após uma acentuada queda em maio, a indústria vem recuperado as receitas de forma errática. Agora, ao fim de nove meses, o indicador perdeu fôlego, com alta acumulada de 5,4% frente ao mesmo intervalo de 2017. Apesar dos entraves, o faturamento é o único indicador que demonstra tendência de recuperação consistente.

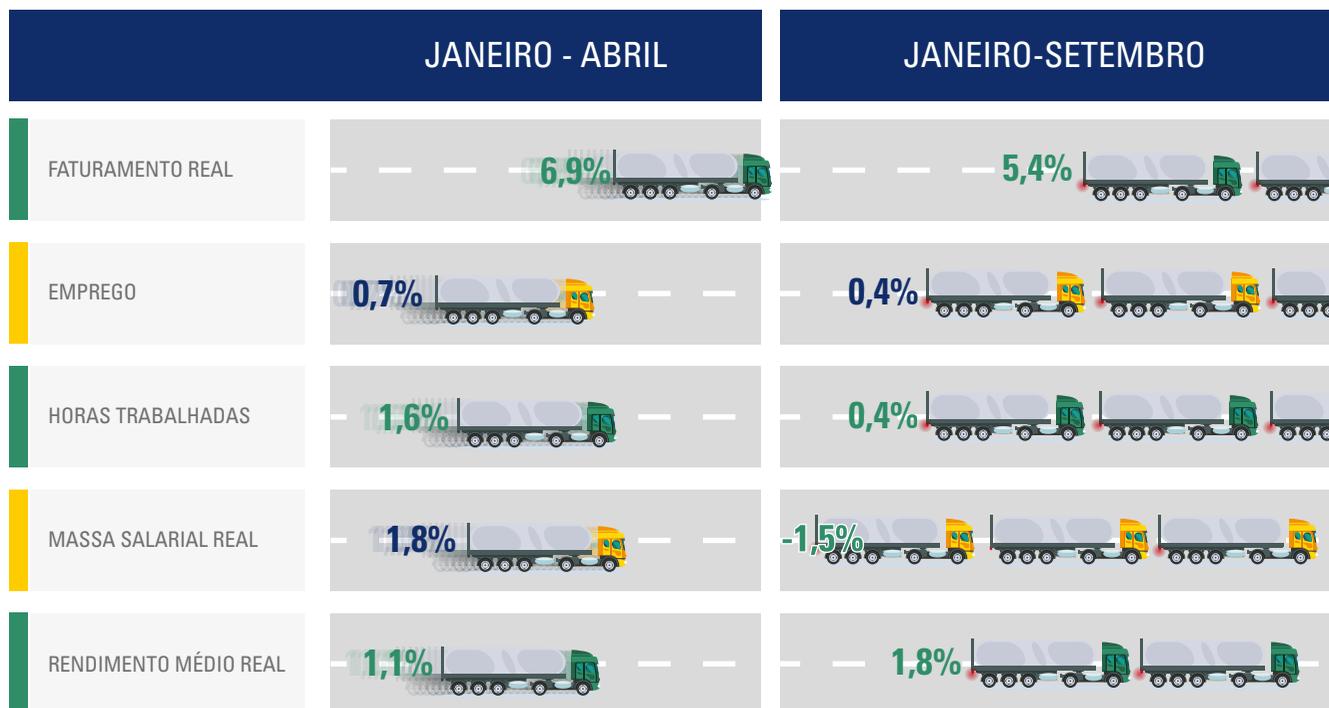
Quando se analisa o comportamento dos demais índices de desempenho da indústria de transformação,

é possível observar que ainda reflete a recuperação tímida da economia, que se manteve em compasso de espera durante o período eleitoral. “O consumo continua fraco, prejudicado pelo desemprego ainda alto e a fragilidade financeira das famílias. Esse baixo consumo limita a produção, mantém a ociosidade elevada e desestimula as contratações”, observa o economista da CNI, Marcelo Azevedo.

Assim, a melhora do setor em comparação ao mesmo período do ano passado ainda não indica uma recuperação mais robusta. Em relação ao emprego no setor, por exemplo, o crescimento é de apenas 0,4% no acumulado do ano. As horas trabalhadas na produção cresceram na mesma medida (0,4%). No entanto, essa tímida recuperação ainda não chegou à força de trabalho. A massa salarial tem queda acumulada de 1,5% nos três trimestres e o rendimento médio registra recuo de 1,8% até aqui.

## PÉ NO FREIO

Comportamento acumulado da indústria antes e depois da paralisação dos caminhoneiros (2018 x 2017)



Fonte: Indicadores Industriais – Ano 26 – Número 9 – Setembro 2018

### Crescimento da produtividade do trabalho industrial

Apesar da queda recente, indicador ainda é melhor que o de vários parceiros comerciais



Fonte: Produtividade do Trabalho na Indústria Brasileira – Ano 2 – Número 2 – Abr-Jun 2018

### PRODUTIVIDADE DO TRABALHO CAI NO 2º TRIMESTRE

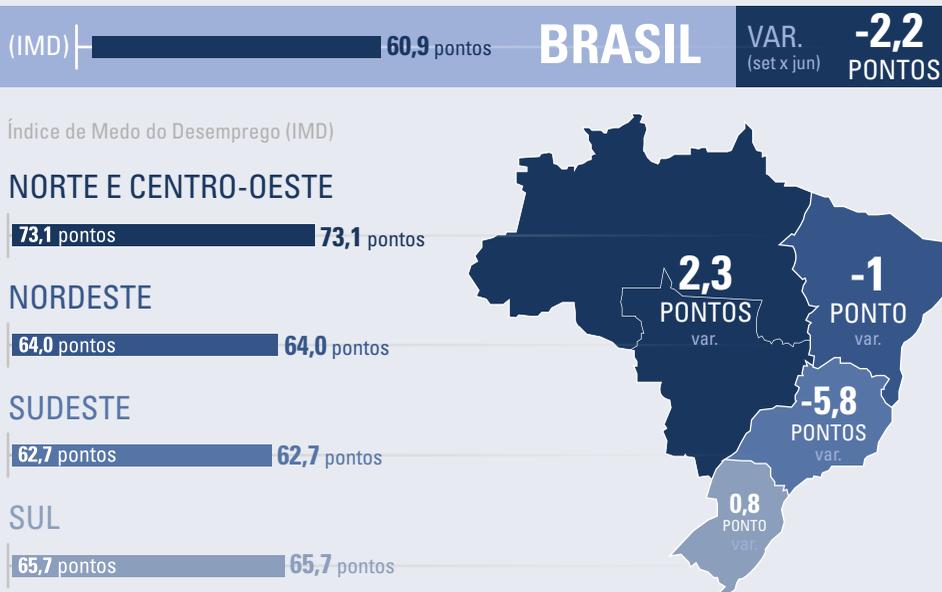
A produtividade do trabalho na indústria de transformação brasileira caiu 3,4%, no segundo trimestre, ante o primeiro trimestre de 2018. Atípico, o resultado é, ainda, mais um reflexo da paralisação dos caminhoneiros, em maio, que derrubou em 12,4% o volume produzido e em 1,7% as horas trabalhadas no setor. A expectativa é de que, com a retomada da normalidade, o indicador volte a ficar positivo, seguindo tendência observada nos últimos dois anos. Aliás, entre 2016 e 2017, a produtividade do trabalho no Brasil subiu 4,3%, segundo maior índice entre os principais parceiros comerciais do país.

### RISCO DE DESEMPREGO ASSUSTA MENOS

O brasileiro está menos receoso de perder o emprego. Em setembro, o *Índice de Medo do Desemprego* caiu 2,2 pontos, frente a junho, para 60,9 pontos. O resultado positivo reverteu, em parte, a piora registrada no trimestre anterior. O indicador, porém, permanece em patamar bastante superior à média histórica de 49,7 pontos. A pesquisa mostrou, também, que as pessoas estão mais contentes com suas vidas. O *Índice de Satisfação com a Vida* subiu 1,1 ponto, na comparação com junho, com altas registradas em todas as regiões do país.

### Queda foi maior no Sudeste

indicador mais alto no Nordeste



Fonte: Medo do Desemprego e Satisfação com a Vida – Ano 6 – Número 3 – Outubro 2018

## CENÁRIO FUTURO MELHORA CONFIANÇA NA INDÚSTRIA

### Otimismo no futuro, pessimismo no presente

# ICEI

OUT/18-SET/18

# 53,3

#### CONDIÇÕES ATUAIS



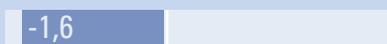
OUT - SET 2018

#### EMPRESA



OUT - SET 2018

#### ECONOMIA



OUT - SET 2018

#### EXPECTATIVAS



OUT - SET 2018

#### EMPRESA



OUT - SET 2018

#### ECONOMIA BRASILEIRA



OUT - SET 2018

Os indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam situação melhor ou expectativa otimista.

Fonte: ICEI – Ano 20 – Número 10 – Outubro 2018

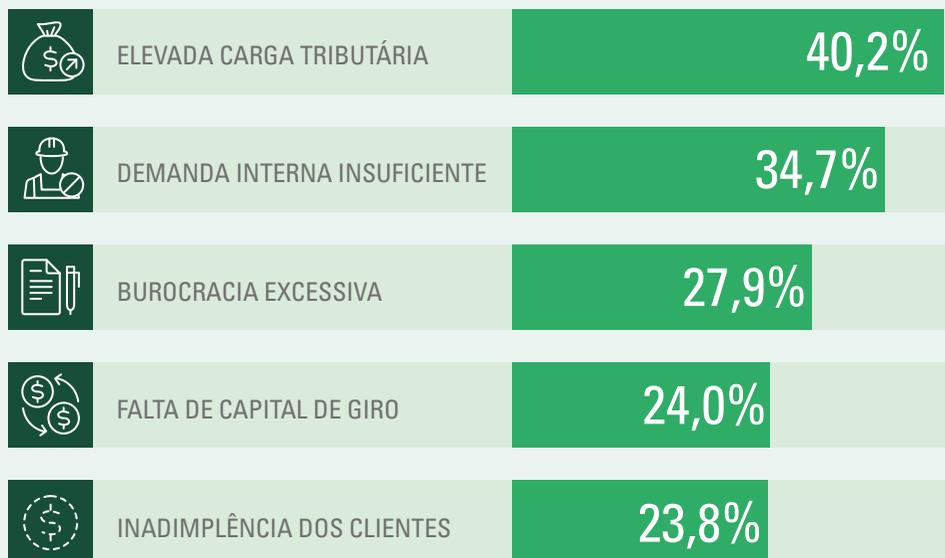
Em meio à disputa eleitoral, o empresário da indústria encontrou motivos para ficar mais confiante. Em outubro, o *Índice de Confiança do Empresário Industrial* (ICEI) ficou em 53,7 pontos, 0,9 ponto acima do registrado em setembro (índices acima de 50 pontos denotam otimismo). A alta do ICEI se deve exclusivamente às perspectivas positivas para os próximos seis meses: alta de 1,9 ponto no *Índice de Expectativas*. Por outro lado, as condições correntes não inspiram confiança, com o *Índice de Condições Atuais* recuando 0,9 ponto, para 45,8 pontos.

## ATIVIDADE NA CONSTRUÇÃO CAI NOVAMENTE

O setor da construção civil segue em trajetória de retração e um pouco pessimista com o futuro, fruto das incertezas do período eleitoral. De acordo com a *Sondagem Indústria da Construção*, o nível de atividade e o emprego voltaram a cair, em setembro, para 45,7 pontos e 45,1 pontos, respectivamente. Indicadores abaixo de 50 pontos indicam avaliações negativas. Entre os principais obstáculos à recuperação, segundo os empresários, estão a carga tributária, com 40,2% das menções, a demanda interna insuficiente (34,7%) e a burocracia excessiva (27,9%).

## Os obstáculos à recuperação no setor

Principais entraves



\*Os índices variam de 0 a 100. Valores abaixo de 50 pontos indicam queda no indicador

Fonte: Sondagem Indústria da Construção – Ano 9 – Número 9 – Setembro 2018



Foto: dividimg.com

## INDÚSTRIA DO PIAUÍ E NAÇÕES UNIDAS BUSCAM PARCERIA PARA DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

Representantes da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) se reuniram, no último dia 23 de outubro, para discutir os termos de uma parceria institucional. A ideia das duas entidades é mostrar aos empresários piauienses os projetos das Nações Unidas nas áreas de inovação e tecnologia. Se firmada a parceria, o PNUD oferecerá apoio técnico, operacional e gerencial, além de ampla rede de cooperação internacional. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento humano no estado, o combate à pobreza e o crescimento da economia local em áreas prioritárias.

## MATO GROSSO DO SUL JÁ ATRAIU 70% DOS INVESTIMENTOS DO FCO

O setor produtivo de Mato Grosso do Sul contratou R\$ 1,782 bilhão do Fundo de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) até 30 de setembro de 2018, segundo cálculo da Federação das Indústrias do Estado (FIEMS). O valor representa 70% dos R\$ 2,44 bilhões destinados ao estado para este ano. A meta do governo e do empresariado local é que o acesso ao financiamento chegue a 100%. Do montante contratado, R\$ 103 milhões destinaram-se ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Do restante, R\$ 1,471 bilhão foram para empreendimentos rurais e R\$ 311 milhões para o setor empresarial – segmentos onde existem projetos industriais. Um dos destaques foi a contratação de R\$ 35 milhões para a conclusão de uma unidade industrial de esmagamento e processamento de soja, na cidade de Dourados (MS). O investimento total dessa planta industrial é de R\$ 750 milhões, com previsão de entrada em operação em 2019.



Foto: shutterstock.com



Foto: gettyimages.com

## ASSOCIAÇÃO NORDESTE FORTE REELEGE ÇHAPA POR MAIS DOIS ANOS

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), Amaro Sales de Araújo, permanecerá à frente da Associação Nordeste Forte pelos próximos dois anos. Os oito presidentes das demais federações nordestinas comporão a diretoria. A confirmação da continuidade da gestão ocorreu durante a 15ª Reunião Ordinária, que ocorreu no dia 19 de outubro, em Salvador (BA). Uma das pautas prioritárias da entidade é a prorrogação da redução de 75% do Imposto de Renda dos incentivos fiscais, que vence no próximo dia 31 de dezembro. O desconto beneficia empresas com projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos e se tornou um dos principais vetores de atração de investimentos para a região.



## ALUNOS DO SESI DO RS SÃO DESTAQUE EM FEIRA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Quatro projetos de alunos do ensino médio do Serviço Social da Indústria (SESI) do Rio Grande do Sul foram premiados durante a 23ª Mostratec, que ocorreu entre os dias 21 e 26 de outubro, na cidade de Novo Hamburgo (RS). A feira destina-se à apresentação de projetos de pesquisa em diversas áreas do conhecimento realizados por jovens do ensino médio e da educação profissional técnica. Entre os destaques estão o primeiro lugar na categoria de Matemática e Física, obtido pelos alunos do Sesi de Pelotas (RS), com um projeto sobre o uso de parábolas e energia fotovoltaica. Os demais ganhadores foram três projetos de alunos do Sesi de Sapucaia do Sul (RS), que receberam menções de excelência, quarto lugar na categoria Ciências Ambientais e seleção para feiras nacionais.

Foto: gettyimages.com

## CAMPEONATO DE PROGRAMAÇÃO E MARATONA DE INOVAÇÃO NÓ AP

A escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Macapá (AP) abriu as portas para a comunidade nos dias 8 e 9 de novembro a fim de ressaltar o papel da instituição na formação profissional. As atividades fizeram parte da iniciativa denominada *Mundo SENAI*, coordenada pelo departamento nacional da entidade. O objetivo do programa é divulgar as ocupações técnicas da indústria e as oportunidades voltadas a quem tem interesse em ingressar no mercado de trabalho. A programação fica a cargo de cada unidade da Federação. Em Macapá, foi oferecido ao público um campeonato de programação e exposições de projetos desenvolvidos por alunos. Os estudantes da rede SENAI participaram da maratona de inovação, o *Grand Prix (GP) Escolar*.

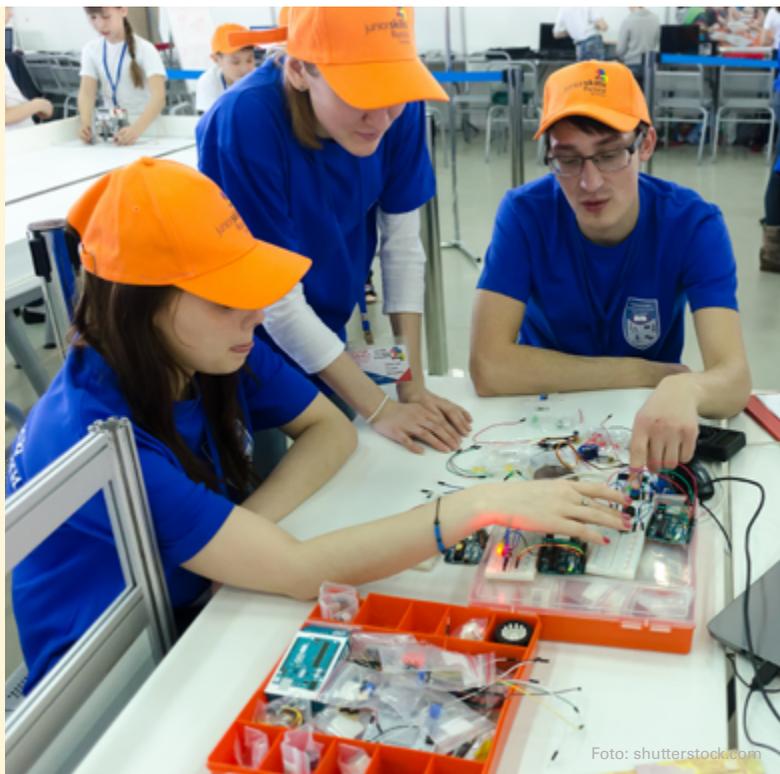


Foto: shutterstock.com



Foto: shutterstock

## BDI PEDE UNIÃO FRANCO-ALEMÃ PARA PROMOVER AGENDA NA UE

Em artigo publicado no mês de outubro em sua página oficial, a Confederação das Indústrias Alemãs (BDI) pede a união dos governos da Alemanha e da França na defesa de temas de interesse comum durante as reuniões de cúpula da União Europeia (UE). Para a BDI, os dois países precisam se manter firmes em temas como o aprofundamento da zona do euro e o incentivo a ações de inovação e ao uso de inteligência artificial. A preocupação da entidade é que temas como migração, conflitos comerciais e o Brexit (saída da Inglaterra da UE) ocupem as agendas do bloco europeu e outros temas importantes fiquem em segundo plano.

## CHILE SE CONSOLIDA COMO PAÍS MAIS COMPETITIVO DA REGIÃO

O Chile subiu uma posição no *Índice de Competitividade Global 2018-2019*, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial e a Escola de Governo da Universidade Adolfo Ibáñez, com o apoio da *Sociedad de Fomento Fabril (SOFOFA)*, a federação industrial chilena. O país latino-americano está na 33ª posição entre 140 nações analisadas. Com pontuação de 70,3, o Chile consolida-se como a economia mais competitiva da América Latina e Caribe. Entre os emergentes, encontra-se em quinto lugar, superando países como Portugal, Eslovênia e Polônia. O bom resultado se deve ao sólido sistema financeiro chileno e às boas condições macroeconômicas. Na análise do Fórum Econômico Mundial, o país ainda precisa melhorar em inovação, pesquisa e desenvolvimento.



Foto: shutterstock.com

## PARAGUAI SE PREOCUPA COM DESVALORIZAÇÃO DO PESO ARGENTINO

A desvalorização da moeda da Argentina nos últimos meses preocupa o Paraguai. Os maiores temores são de redução nas vendas, aumento do desemprego e incentivo ao mercado paralelo. Segundo artigo escrito no último mês pelo presidente do Centro de Importadores do Paraguai, Neri Giménez, o enfraquecimento da moeda vizinha afeta, principalmente, as cidades de fronteira, como Ciudad del Este. Entretanto, a capital Assunção também sente impactos. Giménez teme que os argentinos percam poder de compra e deixem de atravessar a fronteira para fazer compras, diminuindo as atividades comerciais e fabris e gerando desemprego. Além disso, com a crise, os argentinos acabam recorrendo ao contrabando no lugar do comércio legal.



Foto: shutterstock.com



Foto: shutterstock.com

## EUA DEVEM ELIMINAR SUBSÍDIOS POSTAIS PARA PRODUTOS CHINESES

Em mais um capítulo da guerra comercial de Donald Trump contra a China, o presidente norte-americano pretende eliminar subsídios existentes no Serviço Postal dos Estados Unidos para produtos vindos da China. A retirada do benefício é um pleito da Associação Nacional da Indústria (NAM), que comemorou a atitude presidencial. Para a associação, o arranjo é ultrapassado e contribui para o fluxo de produtos falsificados e drogas chinesas que entram nos Estados Unidos via postal. Segundo a NAM, o serviço postal dos EUA perdeu cerca de US\$ 170 milhões no último ano fiscal e, caso as regras não mudem, espera-se que esse número aumente 40% anualmente devido ao rápido crescimento do comércio eletrônico.

## JAPÃO QUER RECUPERAR ESPAÇO NO COMÉRCIO COM O MERCOSUL

A comunidade empresarial japonesa está preocupada com a redução das transações comerciais com o Mercosul. O bloco sul-americano vem intensificando as negociações sobre acordos de livre comércio com a União Europeia e a Coreia do Sul, em detrimento do Japão. Estudos de como melhorar a parceria com países como a Argentina e o Brasil já foram feitos em 2018 pelas associações empresariais japonesas, argentinas e brasileiras. Com as informações consolidadas, os conselhos empresariais japoneses aguardam um Acordo de Parceria Econômica (EPA) imediato entre o governo japonês e as autoridades do Mercosul. Atualmente, mais de 1.000 empresas japonesas têm operações nos países do bloco.



Foto: gettyimages.com

# EDUCAÇÃO COM CIÊNCIA E ARTE

REDE DE ESCOLAS DO SESI APOSTA NA METODOLOGIA *STEAM*, QUE USA ARTE E TECNOLOGIA PARA ENGAJAR ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ESTUDO DE MATEMÁTICA, CIÊNCIAS E ENGENHARIA

Em uma sociedade cada vez mais complexa, a educação não pode se limitar a caixinhas de conteúdos. Os problemas reais transpassam as divisões em matérias e um dos principais desafios dos educadores é formar pessoas capazes de trazer soluções efetivas. Nesse contexto contemporâneo, uma abordagem educacional tem ganhado ênfase: o *STEAM*, sigla em inglês que contempla ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática. Essas são áreas de conhecimento que, de acordo com a metodologia, devem ser prioridade na formação educacional e precisam ser trabalhadas conjuntamente. No Brasil, um dos principais expoentes dessa estratégia de ensino é a rede do Serviço Social da Indústria (SESI).

Para preparar os alunos para a indústria do futuro, a rede SESI viu na abordagem *STEAM* um caminho eficiente e, há mais de uma década, vem aprimorando a aplicação do método nas 389 escolas espalhadas por todo o país. Atualmente, 198 mil alunos têm contato com o ensino agregado desses conteúdos. “O conceito de *STEAM* é a mão na massa. É ter um projeto, resolver um problema, conseguir aplicar as matérias em casos reais. Com isso, despertamos o pensamento crítico em cima do raciocínio lógico”, explica o gerente-executivo de Educação do SESI, Sérgio Gotti.

O ponto central do *STEAM* é a ênfase nas ciências naturais e na matemática e não nas disciplinas

humanísticas, como história, geografia e sociologia. O método é comum nos Estados Unidos e tornou-se mais popular a partir de 2013, quando o então presidente norte-americano Barack Obama declarou o modelo como prioridade nacional e investiu em medidas para formar professores. “Essa abordagem é diferente da escola tradicional brasileira, que parte de princípios humanísticos para poder alcançar outros elementos. A questão é que aí as ciências exatas acabam ficando em um segundo plano”, afirma Gotti. “No caso da matemática, os alunos começam a achar que é difícil porque eles não conseguem ver que existe uma prática por trás da teoria”, complementa.

Foto: divulgação



*Metodologia inovadora tem despertado interesse dos estudantes na aplicação do conhecimento e é uma das razões para o bom desempenho em provas nacionais*

A robótica é um exemplo da implementação do *STEAM* nas escolas do Sesi. Durante as aulas, os alunos são desafiados com uma situação-problema. Com a missão em mãos, eles devem pesquisar soluções, construir robôs utilizando peças de Lego e programá-los para execução. Além da sala de aula, os estudantes ainda podem participar de torneios de robótica estaduais, nacionais e internacionais. O estudante Diogo Braga, de 16 anos, está no 1º ano do ensino médio na Escola Sesi da Vila Canaã, em Goiânia (GO). Desde o 5º ano do ensino fundamental, está matriculado na rede Sesi e, para ele, a prática da teoria foi essencial em sua formação. “A experiência com a robótica me trouxe crescimento pessoal e intelectual”, conta.

Atualmente, Diogo participa de outro programa do Sesi baseado no

*STEAM: o Arte Contemporânea e Educação em Sinergia no Sesi (Acesse)*. A escola da Vila Canaã é uma das pioneiras do projeto, executado desde agosto deste ano. Na instituição goiana, 40 estudantes compõem a turma. A ideia é a integração das ciências, da matemática e das linguagens com a arte. “A gente não viu arte na nossa formação como professor. Quando nos disseram que teríamos como envolver a arte com as disciplinas de ciências foi um susto. Agora, vemos com outro olhar os fatos”, explica o professor de biologia Ricardo de Matos Morais, 38 anos.

A formação de professores é um dos desafios da execução do *STEAM*. Por isso, a rede Sesi vem investindo em formação continuada de professores. Para o Acesse, por exemplo, os docentes passaram por uma imersão, no Rio de Janeiro, em agosto de 2018.

Uma das atividades recentes do Acesse na escola da Vila Canaã envolveu química, artes e física. A convite da escola, o artista plástico Carlos Catini, 40 anos, se uniu aos professores na missão de integrar diferentes áreas de conhecimento e expressão artística. Em um primeiro momento, os alunos foram para a sala de aula e, com o material em mãos, aprenderam sobre as propriedades químicas da tinta, a diferença entre a tinta spray e a líquida e a reação da tinta ao atingir a superfície do carro – objeto que seria pintado. Além disso, aprenderam sobre geometria ao fazerem os moldes para a pintura do veículo.

No segundo momento, o grupo foi direcionado a um galpão e começou a pintura do carro usando os moldes, os sprays e as técnicas aprendidas. “As aulas ficaram mais emocionantes. Você não tem mais a obrigação de ficar cinco horas sentado, calado, prestando atenção. No Acesse, a gente pode sentar, andar, pegar na peça, mover, pintar...”, explica Rômulo Floriano Limeira, de 15 anos, estudante do 1º ano do ensino médio do Sesi na Vila Canaã.

A diferença também foi sentida pela coordenação da escola. “Antes do Acesse, a turma era dispersa, hiperativa. Em três meses, percebemos a mudança de comportamento e o amadurecimento dos alunos”, relata Antonio Henrique Rosa, 45 anos, coordenador pedagógico da Escola Sesi Vila Canaã.

Segundo pesquisa de percepção realizada na rede Sesi em 2018, 94% dos estudantes declararam ter mais gosto pelas matérias de exatas a partir da participação de atividades como a robótica; 76% acreditam que houve melhora na capacidade de inovação; e 50% disseram que as notas aumentaram nos últimos 12 meses. Além da percepção dos alunos, o Sesi também tem se destacado nas provas nacionais, como a Prova Brasil. No quinto ano do ensino fundamental, por exemplo, a proficiência dos alunos do Sesi em matemática foi de 245,1 pontos, enquanto na rede privada foi de 229,2. Apenas os alunos de escolas federais tiveram desempenho marginalmente melhor, de 245,9.



O estudante Rômulo Limeira e o coordenador pedagógico Antonio Rosa falam sobre a transformação

5 vantagens do STEAM

1

Aumento do desempenho escolar

Geração de interesse por matemática, ciências, tecnologia e engenharia

2

3

Conexão do currículo com as transformações tecnocientíficas

Vínculo com a indústria 4.0 e as profissões do futuro

4

5

Melhor preparação para o mercado de trabalho



**Com o  
Certificado de  
Origem Digital,  
você ganha  
competitividade  
ao exportar  
seu produto.**

 /cni brasil  /cni\_br  /cni br  /cni web

Com o Certificado de Origem Digital, o exportador não só comprova a origem do seu produto como também garante descontos ou isenção tributária para os importadores em países que possuem acordos comerciais com o Brasil. Uma maneira rápida, prática e segura de fazer seus produtos ganharem o mundo.

Saiba mais em: [www.cni.org.br/cod](http://www.cni.org.br/cod)

**CNI**

Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



*Confederação Nacional da Indústria*

**CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA**